



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 098/099

CURITIBA, SEGUNDA/TERÇA-FEIRA, EM 08/09 DE NOVEMBRO DE 2004

ANO XXIX

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

ANDRÉ VARGAS

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PSL

CLEITON KIELSE

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo	Natálio Stica
Líder da Oposição	Durval Amaral
PTB.....	Carlos Simões
PFL.....	Plauto Miró Guimarães
PSDB	Valdir Rossoni
PMDB.....	Antonio Anibelli
PP	Duílio Genari
PT	Elton Carlos Welter
PDT	Barbosa Neto
PSL	Luiz Carlos Martins
PL	Mauro Moraes
PPS.....	Ratinho Júnior
PSB	Dr. Luciano Ducci

Representação Partidária

PMDB - 10: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca; PT - 10: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Tureck - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; PFL - 05: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 03: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli; PTB - 04: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 04: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; PSB - 02: Dr. Luciano Ducci - Reni Pereira; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 009ª SESSÃO
EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM
08 DE NOVEMBRO DE 2004**

(segunda-feira)

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariada pelos Srs. Deputados Barbosa Neto e Ratinho Júnior.

Às dezessete horas e cinco minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, André Vargas, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Dr. Luciano Ducci, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nelson Tureck, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldir Leite (52). Achando-se ausentes os Srs. Deputados: Augustinho Zucchi e Ademir Bier (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimento:

REQUERIMENTO Nº 1800

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

soberano Plenário a dispensa de redação final dos Projetos de Lei nºs 179 e 326/2004, que não sofreram emenda no curso da tramitação.

Sala das Sessões, em 08.11.2004.

(a) RATINHO JÚNIOR

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 52 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 319/2004, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 023/2004, que dispõe sobre a aprovação de abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 575.186,00 ao Orçamento do Fundo Penitenciário. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TUNO EMENDAS APROVADAS EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 179/2004, de autoria do Deputado Durval Amaral, que altera a redação da Lei nº 13.411, de 26 de dezembro de 2004, que criou o Programa Parceiro da Escola. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CECE. **Aprovado, artigo por artigo. (Com voto contrário da Deputada Elza Correia).**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 203/2004, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 012/2004, que objetiva prorrogar por 1 (um) ano o prazo para conclusão dos trabalhos previstos pelo parágrafo 5º, do artigo 2º, da Lei nº 11.255, de 21 de dezembro de 1995, necessários ao cumprimento das disposições da Lei nº 13.570, de 21/05/2002 (indenização às pessoas detidas sob acusação de participação políticas). COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. COM EMENDA DA CF. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Emenda da CF. - Aprovada.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 205/2004, de autoria do Deputado Ailton Araújo, que obriga a empresa concessionária do Serviço de Abastecimento de Água do Estado do Paraná a instalar, por solicitação do consumidor equipamento eliminador de ar na tubulação que antecede o hidrômetro do seu imóvel, seja residencial ou comercial. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ

e CF. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado o Substitutivo Geral da CCJ, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 229/2004, de autoria do Deputado Mauro Moraes, que dispõe sobre a gratuidade para obtenção da segunda via de documentos para vítimas de furto ou roubo à mão armada, na forma que menciona. (carteira de identidade, carteira nacional de habilitação, certificado de registro e licenciamento de veículos). COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Emenda da CCJ: aprovada.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 275/2004, de autoria do Deputado Pedro Ivo Ilkiv, que declara de Utilidade Pública a Associação Regional de Cooperação Agrícola do Contestado, com sede e foro no Município de Bituruna. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado o Substitutivo Geral da CCJ, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 326/2004, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que declara de Utilidade Pública Estadual a Instituição Marlene Venâncio, com sede e foro na cidade de São José dos Pinhais. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 344/2004, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, que autoriza o Poder Executivo do Estado do Paraná, declarar de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede no Município de Cafezal do Sul e foro na Comarca de Iporã. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado o Substitutivo Geral da CCJ, artigo por artigo.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 353/2004, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Honório Serpa, com sede no Município de Honório Serpa e foro na Comarca de Manguaí. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado o Substitutivo Geral da CCJ, artigo por artigo.**

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 366/2004, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, que declara de Utilidade Pública a Central de Notícias dos Direitos da Infância e Adolescência Ciranda, com sede e foro nesta Capital.

COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 088 /2004, de 14/10/2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 366/2004

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Tadeu Veneri, declara de Utilidade Pública a Central de Notícias dos Direitos da Infância e Adolescência, com sede e foro nesta Capital.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 03.11.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 376/2004, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que declara de Utilidade Pública a Associação Paranaense dos Ostomizados dos Núcleos de Maringá- APONM, com sede e foro no Município de Maringá. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 090/2004, de 19/10/2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 376/2004

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria Deputada Cida Borghetti, declara de Utilidade Pública a Associação Paranaense dos Ostomizados dos Núcleos de Maringá - APONM, com sede e foro no Município de Maringá.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 03.11.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

O SR. PRSIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1800, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Explicações Pessoais:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em Explicações Pessoas, concedo a palavra à Deputada Elza Correia, inscrita.

A SRA. ELZA CORREIA

Sr. Presidente, serei breve. Às vezes eu sinto dificuldade. Acho que nós temos pressa, mesmo, mas às vezes não dá tempo e eu fico numa angústia muito grande. Talvez seja uma angústia minha, mas me reservo ao direito de me manifestar. Às vezes é um atropelo na colocação, que eu não sei em que Emenda. Esse item 06, por exemplo, da discussão do colega Mauro

que fala sobre a gratuidade da obtenção da segunda via de documentos para vítimas de furto ou roubo à mão armada.

Passou, nós votamos na sessão anterior a legalidade e a constitucionalidade, porque a Comissão de Justiça aprovou, e evidentemente naquela sessão era apenas a legalidade do projeto.

Nessa, é o mérito. Então eu queria ter tido a oportunidade de discutir, porque aqui no projeto não fica claro quem é que vai pagar todas as segundas vias de documentos de pessoas que são roubadas no Estado do Paraná.

Preocupo-me, porque do jeito que as coisas estão indo no Estado, eu não sei qual é o impacto que isso causaria, porque alguém tem que pagar por essas segundas vias de documentos vítimas de furtos, que acontece aos milhares, no Estado do Paraná.

Isso estende a vários documentos, carteira de identidade, carteira nacional de habilitação, certificado de registro e licenciamento de veículos. Um negócio maluco, que eu não sei se realmente nós estaríamos - ao invés de resolver um problema - criando um problema.

Foi aprovado um projeto de que esses documentos de segunda via seriam obtidos gratuitamente; o Estado é que deve pagar por isso. Alguém deve pagar por isso.

Não tive a oportunidade de discutir, primeiro porque estou sem a emenda; segundo, porque, ou eu sou muito lenta, ou o Presidente é o The Flash. É rápido demais, eu tenho vontade de me manifestar, mas não dou conta.

Sei que não é regimental, que está aprovado. Não tive a oportunidade de me manifestar no momento, portanto, não posso estar pedindo agora o voto ao contrário, mas eu votaria contrariamente a esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Fica registrado o voto contrário da Deputada Elza Correia.

A SRA. ELZA CORREIA

Obrigado pela deferência.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Quero esclarecer-lhe que as emendas que são feitas nas Comissões são publicadas junto com o projeto, quando vai à primeira discussão.

Foram publicadas na última Sessão.

A SRA. ELZA CORREIA

Talvez por erro de assessoria não constava na minha pauta. Acontece.

Não é nenhuma atitude crítica, é que realmente há uma preocupação, porque acho que são milhões de reais, se o Estado for bancar o Paraná inteiro a segunda via de documentos roubados. Acho que é um projeto que nós deveríamos ter tido a oportunidade de ter discutido com mais oportunidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando uma Sessão Ordinária, para terça-feira, dia 09, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 203, 205, 229, 275, 344 e 353/2004.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 366, 376 e 382/2004.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 484/2003; 354, 360, 363, 365, 377 e 378/2004.

Levanta-se a Sessão.

Atas de Comissão:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 15ª LEGISLATURA - 2ª SESSÃO LEGISLATIVA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos trinta e um dias do mês de agosto do ano de dois mil e quatro, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Deputado Hermes Fonseca e com a presença dos seguintes Deputados: Tadeu Veneri, Duílio Genari, Elton Carlos Welter, Marcos Isfer, José Maria Ferreira, Durval Amaral, Neivo Beraldin, Barbosa Neto, Delegado Bradock e Padre Paulo. Havendo número legal, o Presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a Ata da última reunião ordinária em votação, após solicitação de dispensa da leitura pelo Deputado Neivo Beraldin - APROVADO. O Presidente sugere aos Deputados e coloca em votação a inversão de pauta - APROVADO. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 318/2004 de autoria do Deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 317/2004, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 316/2004 de

autoria do Deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 631/2003 de autoria da Deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO. 05) Projeto de Lei nº 315/2004 de autoria do Deputado Dobrandino da Silva. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 06) Proposição-Veto nº 67/2004, de autoria do Poder Executivo. Veta o Projeto de Lei 123/2004, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari ao encaminhamento a Plenário - APROVADO; 07) Proposição Veto nº 66/2004 de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 503/2003, de autoria do Deputado Ratinho Júnior. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari ao encaminhamento a Plenário - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 232/2004 de autoria do Deputado Geraldo Cartário. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 44/2004 de autoria do Deputado Alexandre Curi. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Durval Amaral - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 174/2004 de autoria do Deputado Mauro Moraes. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Durval Amaral - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 179/2004, de autoria do Deputado Durval Amaral. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Delegado Bradock - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 187/2004 de autoria do Deputado Carlos Simões - Parecer FAVORÁVEL do Deputado Delegado Bradock - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 189/2004 de autoria do Deputado Mauro Moraes. PARECER FAVORÁVEL do Deputado José Maria Ferreira, na forma da emenda anexa - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 192/2004, de autoria do Deputado Mauro Moraes. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Delegado Bradock - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 216/2004 de autoria do Poder Executivo. O Deputado José Maria Ferreira solicita VISTAS - CONCEDIDA pelo Presidente; 16) Projeto de Lei nº 118/2004, de autoria do Deputado Delegado Bradock. O Deputado José Maria Ferreira solicita VISTAS - CONCEDIDA pelo Presidente; 17) Projeto de Lei nº 204/2004, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin. Parecer CONTRÁRIO do Deputado José Maria Ferreira - APROVADO; 18) Projeto de Lei nº 219/2004 de autoria do Deputado Padre Paulo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Marcos Isfer - APROVADO; 19) Projeto de Lei nº 220/2004, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Marcos Isfer - APROVADO; 20) Projeto de Lei nº 225/2004 de autoria do Deputado Mauro Moraes. Parecer CONTRÁRIO do Deputado José Maria Ferreira - APROVADO; 21) Projeto de Lei nº 227/2004 de autoria do Deputado Delegado Bradock. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Marcos Isfer - APROVADO; 22) Projeto de Lei nº 228/2004, de autoria do Deputado Mauro Moraes. Parecer CONTRÁRIO do Deputado José Maria Ferreira - APROVADO; 23) Projeto de Lei nº 230/2004

de autoria do Deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Jocelito Canto, lido pelo Deputado Duílio Genari - APROVADO; 24) Projeto de Lei nº 291/2004 de autoria do Tribunal de Justiça. O Deputado Tadeu Veneri solicita VISTAS - CONCEDIDA pelo Presidente. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta Comissão.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
15ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA
TERMO DE ATA

Aos quatorze dias do mês de setembro do ano de dois mil e quatro, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Deputado Hermes Fonseca, e com a presença dos Deputados Jocelito Canto, Duílio Genari e Delegado Bradock. Não havendo número legal, declarou-se transferida a presente reunião. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei o presente Termo de Ata, que após lido e aprovado será assinado pelo Sr. Presidente, pelos Srs. Deputados e por mim, Ana Lúcia Andretta, Advogada e Secretária da Comissão.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 089ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
09 DE NOVEMBRO DE 2004

(terça-feira)

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariada pelos Srs. Deputados Barbosa Neto e Geraldo Cartário.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, André Vargas, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademir Traiano, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Dr. Luciano Ducci, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner,

Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nelson Tureck, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldir Leite (52). Achando-se ausentes os Srs. Deputados: Augustinho Zucchi e Ademir Bier (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagem:

MENSAGEM Nº 029/2004

Curitiba, 08 de novembro de 2004.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser submetido à elevada apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva instituir, no âmbito da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania, o Programa Estadual de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas - PROVITA PARANÁ.

O Plano de Lei em referência, de alto significado e de elevado público, retrata o resultado de estudos que me foram encaminhados pelo Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania, através de expediente protocolado sob nº 8.213.672-0/04, onde estão apensados Pareceres da Procuradoria Geral do Estado e da Coordenadoria dos Direitos da Cidadania - CODIC/SEJU, firmados por conceituados juristas.

O mencionado protocolado trouxe, às fls. 13, a adiante transcrita justificativa, por mim acolhida, apresentando detalhamento quanto à conveniência e oportunidade da medida:

“O Estado do Paraná assinou em dezembro 2003 o Convênio 086/2003 - SEDH/PR com a União Federal, por meio da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, para implantação do Programa de Apoio e Proteção a Testemunhas, Vítimas e Familiares de Vítimas da Violência do Paraná - PROVITA/PR.

Do estudo da legislação vigente sobre o tema, verificou-se que a Lei 13.054, de 16 de janeiro de 2001, que autorizou o Governo a instituir o Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas de Infrações Penais no Estado do Paraná, possuiu inúmeros dispositivos em desacordo com a Lei Federal nº 9.807, de 13 de julho de 1999 e com o Decreto nº 3.518, de 20 de junho de 2000, que estabeleceu normas para a organização e manutenção de programas especiais de proteção a vítimas e testemunhas ameaçadas, no âmbito da União.

Visando dar uma solução adequada à situação e permitir o imediato início das atividades do Programa no Paraná, é que submetemos às V. Exas. o projeto de lei em questão, que nada é do que uma composição entre a lei federal e o decreto que a regulamentou.

Do exposto, solicita-se urgência no seu trâmite, por se tratar matéria de extremo interesse da população paranaense, principalmente daqueles que diuturnamente são vítimas das ameaças da criminalidade organizada”.

Certo de que a medida merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

Ofícios:

Sob o nº CTL/CC/180/2004, do Sr. Caíto Quintana - Chefe da Casa Civil, encaminhando os Projetos de Lei nºs 073/2004, 112/2004, 070/2004, 183/2004 e 266/2004.

Ao Conhecimento da Casa.

Sob o nº CTL/CC 181/2004, do Senhor Governador do Estado, comunicando seu afastamento das funções de Governador no período de 26 de outubro até 01 de novembro do corrente ano, período que as funções foram exercidas pelo Vice-Governador. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/CC 184/2004, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei nº 502/2003, de autoria do Deputado AUGUSTINHO ZUCCHI, por considerá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 185/2004, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei nº 714/2003, de autoria do Deputado DUÍLIO GENARI, por considerá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 186/2004, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei nº 010/2004, de autoria do Deputado

JOCELITO CANTO, por considerá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 187/2004, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei nº 007/2004, de autoria do Deputado LUIZ ACCORSI, por considerá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 188/2004, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei nº 704/2003, de autoria do Deputado CARLOS SIMÕES, por considerá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 189/2004, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei nº 140/2004, de autoria do Deputado DOBRANDINO DA SILVA, por considerá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº 1058/2004, do Sr. MANOEL VALDEMIRO FRANCALINO DA ROCHA, Secretário de Apoio Rural e Cooperativismo, comunicando celebração de convênio e liberação de recursos com a Sociedade Rural de Toledo - Paraná. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 749/2004, do Senhor ANDRÉ LUIZ DE FIGUEIREDO LÁZARO, Diretor de Desenvolvimento e Articulação Institucional, comunicando realização de convênio com a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Estadual de Londrina, objetivando apoiar parcialmente a realização do XXII Seminário de Extensão Universitária da Região Sul, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais). **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 560/2004, do Sr. JOÃO CARLOS BUFARA LOPES, Gerente Geral da Caixa Econômica Federal, comunicando liberação de recursos no valor de R\$ 14.605,56 (quatorze mil, seiscentos e cinco reais e cinquenta e seis centavos), destinados ao Governo do Estado do Paraná, para execução de obras no Município de Ortigueira. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 619/2004, do Sr. PERLY CIPRIANO, Subsecretário de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, comunicando que foi firmado Termo Aditivo nº 01 ao Convênio nº 086/2003, entre a União e a Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania com intervenção do Estado do Paraná, destinado a implantação do Programa Estadual de Proteção a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas no Paraná - PROVITA-PR. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 566/2004, do Sr. JOÃO CARLOS BUFARA LOPES, Gerente Geral da Caixa Econômica Federal, comunicando liberação de recursos no valor de R\$ 466.577,58 (quatrocentos e sessenta e seis mil, quinhentos e setenta e sete reais e cinquenta e oito centavos), destinados ao Município de Toledo. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 557/2004, do Sr. JOÃO CARLOS BUFARA LOPES, Gerente Geral da Caixa Econômica Federal, comunicando liberação de recursos no valor de R\$ 9.848,83 (nove mil, oitocentos e quarenta e oito reais e oitenta e três centavos), destinados ao Governo do Estado. **Ao Conhecimento da Casa.**

OFÍCIO Nº 772/2004

Curitiba, 14 de setembro de 2004.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para apreciação por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei, acompanhado da respectiva justificativa, que altera o artigo 1º e parágrafo único da Lei Estadual nº 11.174/95 e os artigos 1º e 2º e parágrafo único e 3º e parágrafo único da Lei Estadual nº 11.308/96, e dá outras providências.

Certo de que a proposta merecerá de V. Exa. e eminentes Parlamentares que honram essa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevada estima e consideração.

Cordialmente.

Sala das Sessões, em 09.11.2004.

(a) HENRIQUE NAIGEBOREN

Presidente do Tribunal de Contas do Paraná

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - O vencimento de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Paraná é fixado em R\$ 4.732,91 (quatro mil, setecentos e trinta e dois reais e noventa e um centavos).

§ 1º - A remuneração de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Paraná será igual a 90,25% (noventa, vírgula, vinte e cinco por cento) da maior remuneração atribuída ao Ministro do Supremo Tribunal Federal.

§ 2º - O abono referido nas Leis nºs 9.655/98 e 10.474/2002, aplicado aos Conselheiros, Auditores, Procuradores-Geral e demais Procuradores pelas Resoluções nºs 2324/03 e 3804/03 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, possui caráter indenizatório, nos termos da Resolução nº 245/2002 do Supremo Tribunal Federal.

Art. 2º - O vencimento de Procurador-Geral junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná é fixado em R\$ 4.732,91, (quatro mil, setecentos e trinta e dois reais e noventa e um centavos), na forma do artigo 16, da Lei nº

4.584, de 27 de junho de 1962, com a redação dada pelo artigo 3º, da Lei nº 5.432, de 23 de dezembro de 1966.

Art. 3º - O vencimento de Procurador do Estado junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná é fixado em R\$ 4.496,26 (quatro mil, quatrocentos e noventa e seis reais e vinte e seis centavos).

Parágrafo Único - O vencimento básico mensal dos Procuradores do Estado junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná é fixado em percentual não superior a 5% (cinco por cento) de diferença em relação aos vencimentos atribuídos ao Procurador-Geral.

Art. 4º - O vencimento de Auditor do Tribunal de Contas do Estado do Paraná é fixado em R\$ 4.496,26 (quatro mil, quatrocentos e noventa e seis reais e vinte e seis centavos).

Parágrafo Único - Ao vencimento básico mensal de Auditor do Tribunal de Contas do Estado do Paraná aplicar-se-à a regra estabelecida no parágrafo único do artigo 3º desta lei.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir do dia 1º de agosto de 2004.

JUSTIFICATIVA:

A Constituição Estadual, artigo 77, parágrafo 3º, estabelece, entre outras prerrogativas, a paridade de vencimentos entre os Conselheiros do Tribunal de Contas e os Desembargadores do Tribunal de Justiça:

“Os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado terão as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos desembargadores do Tribunal de Justiça, aplicando-se-lhes, quanto à aposentadoria e pensão, as normas constantes no artigo 35 desta Constituição”.

Assim também, o disposto na Lei Estadual nº 5.615/67, artigo 3º:

“Os Ministros do Tribunal de Contas, nomeados pelo Governador do Estado, dentre brasileiros natos ou naturalizados, maiores de 35 (trinta e cinco) anos, de comprovada idoneidade moral e notórios conhecimentos jurídicos, econômicos, financeiros ou de administração pública, possuem os mesmos direitos, garantias, prerrogativas e vencimentos de desembargadores do Tribunal de Justiça...”

A Lei Estadual nº 11.170, de 06 de setembro de 1995, base jurídica da remuneração dos membros da magistratura estadual, em seu artigo 1º, parágrafo único, por sua vez, dispõe:

“A remuneração decorrente da fixação determinada no *caput* deste artigo não pode ultrapassar a de Ministro do Supremo Tribunal Federal, observada sempre a gradação do inciso V do artigo 93 da Constituição Federal, no percentual de 5% (cinco por cento), com relação aos cargos referidos nesta lei”.

A limitação imposta aos magistrados paranaenses não foi alterada pela Emenda Constitucional nº 19, de 04 de junho de 1998, que estabeleceu diversas modificações na administração pública, como por exemplo, o teto remuneratório, consoante nova redação dada aos artigos 37, inciso XI, e artigo 93, inciso V, da Constituição da República.

No entanto, a Emenda Constitucional 41, de 31 de dezembro de 2003, ao dar nova redação ao inciso XI, do artigo 37, da Carta Magna, fixou novo teto às remunerações, subsídios, proventos e pensões dos servidores públicos, que não podem exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

Nos Estados, os subsídios dos Desembargadores foram limitados a 90,25% (noventa vírgula vinte e cinco por cento), do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

Por outro lado, o artigo 8º da Emenda Constitucional nº 41/2003 estabeleceu que, até que seja fixado o valor do subsídio de que trata o artigo 37, XI, da Constituição Federal, será considerado para os fins do limite fixado naquele inciso, o valor da maior remuneração atribuída por lei a Ministro do Supremo Tribunal Federal, a título de vencimento, de representação mensal e da parcela em razão de tempo de serviço.

Assim, a supracitada legislação estadual está a merecer adequação à Constituição da República, impondo que seja alterada para recepcionar o novo critério estabelecido pela Emenda Constitucional nº 41/2003.

O artigo 96, inciso II, letra b, da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, dispõe que “...cabe aos Tribunais de Justiça propor ao Poder Legislativo respectivo...(b) a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver.

Em cumprimento a tais dispositivos constitucionais, que devem ser recepcionados pela legislação estadual e em homenagem ao princípio federativo, o Tribunal de Contas encaminha a essa augusta Assembléia Legislativa o presente anteprojeto de lei, que tem como finalidade alterar a Lei Estadual nº 11.174/95 e Lei Estadual nº 11.308/96, adequando-as aos comandos constitucionais em vigor.

PREVISÃO DO IMPACTO FINANCEIRO

Atendendo às exigências previstas nos artigos 16 e 17 e parágrafos, da Lei Complementar 101/2000, o impacto orçamentário-financeiro dos gastos decorrentes da implantação do presente anteprojeto de lei, fica demonstrado conforme segue.

O limite para despesa de pessoal, estabelecido no artigo 20, inciso II, letra “a”, da referida Lei Complementar, é de 3% para o Poder Legislativo, sendo 1,36% destinado ao Tribunal de Contas. Tal limite, após a implantação pretendida, não será desrespeitado, visto

que a Receita Corrente Líquida prevista para o exercício de 2004 demonstra que o cálculo do referido percentual excede até a dotação orçamentária deste Tribunal.

Seguem demonstrativos.

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
Governo do Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Coordenação da Administração Financeira do Estado

CÁLCULO DA RECEITA LÍQUIDA - PREVISÃO PARA 2004

ESPECIFICAÇÃO

VALOR R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE BRUTA DO TESOUREIRO	R\$ 12.504.298.000,
(-) DEDUÇÕES	R\$ 3.230.545.000,
Transferência Constitucionais Legais	R\$ 2.122.748.000,
Contribuição ao Plano Seg. Social do Servidor	R\$ 86.914.000,
Dedução de Receita para Formação do FUNDEF	R\$ 1.014.122.000,
Prestação de Serviço Intragovernamental	R\$ 521.000,
Rec. Ind. Editor. e Gráfica Intragovernamental	R\$ 6.240.000,
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA GLOBAL	R\$ 9.273.753.000,
1,36% = R\$ 126.123.000,00	
Dotação do Tribunal de Contas na Lei Orçamentária para o Exercício Financeiro de 2004	R\$ 110.357.190,00

Fonte: SEFANET - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida (julho/2003 - junho/2004)

DECLARAÇÃO

Declaro, em atendimento ao disposto no artigo 16 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que as despesas decorrentes do anteprojeto anexo, estão contempladas na Lei Orçamentária do exercício financeiro de 2004 e no plano plurianual 2004/2007.

Curitiba, 21 de setembro de 2004.

(a) HENRIQUE NAIGEBOREN
Presidente

Indicação:

INDICAÇÃO Nº 028/2004

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná.

O Deputado Jocelito Canto dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

01 - A instalação de um Posto de Atendimento do DETRAN em todos os Municípios do Estado do Paraná que são sede de Comarcas e possuem 4.000 (quatro mil) ou mais veículos em circulação.

02 - O Poder Executivo disciplinará as condições operacionais para a implantação do objeto da presente indicação.

Sala das Sessões, em 09.11.2004.

(a) JOCELITO CANTO

JUSTIFICATIVA:

A presente indicação justifica-se pela necessidade de facilitar o atendimento relativo à transferência de veículos, exames psicotécnicos, exames práticos, retirada e renovação de carteira de motorista e demais procedimentos de competência do DETRAN, aproximando-o da população que dele faz uso, evitando assim a necessidade de viagens a outras cidades.

Até o presente, a instalação desses postos de atendimento vem ocorrendo sem crédito específico. Como exemplo, as cidades de Carambeí, Arapoti e Jaguariaíva possuem postos de atendimento, já outras em igual situação não possuem - Sengés, Piraí do Sul, Reserva, entre outras. Desta forma, o atendimento da presente indicação, estabelecerá critério para tratamento igualitário aos municípios deste Estado.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1826

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER regime de urgência ao Projeto de Lei nº 382/2004, que autoriza o Poder Executivo a constituir, por intermédio da COPEL

ou subsidiária integral desta, sociedade com a ELETROSUL.

Sala das Sessões, em 09.11.2004.

(a) DELEGADO BRADOCK

REQUERIMENTO Nº 1827

Senhor Presidente:

Os Deputados que este subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUEREM, com base no artigo 107 do Regimento Interno desta Casa de Leis a transformação da Sessão Ordinária de 10/11/2004 em Comissão Geral para Votação do Projeto de Lei nº 382/2004 - que autoriza o Poder Executivo a constituir por intermédio da Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL, ou subsidiária integral desta, sociedade com a ELETROSUL Centrais Elétricas S.A. - ELETROSUL.

Sala das Sessões, em 09.11.2004.

(aa) NATÁLIO STICA

Apoioamento:

Pedro Ivo Ilkiv, Nelson Justus, Luiz Nishimori, Nelson Tureck, Elio Rusch, Cida Borghetti, Carlos Simões, Ailton Araújo, Marcos Isfer, Alexandre Curi, Ângelo Vanhoni, José Maria Ferreira, Chico Noroeste, Geraldo Cartário, Dobrandino da Silva, Artagão Júnior e Elton Carlos Welter.

REQUERIMENTO Nº 1830

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual Tadeu Veneri, REQUER a liberação do Plenarinho da Assembléia Legislativa no dia 12 de novembro de 2004 às 14h00 para realização de reunião do Conselho Pleno de Desenvolvimento do Litoral.

Sala das Sessões, em 09.11.2004.

(a) TADEU VENERI

REQUERIMENTO Nº 1816

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, na qualidade de Relator da Comissão de Orçamento, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja autorizado a realização, no próximo dia 23/11/2004, às 9 horas no Plenário desta Assembléia Legislativa, Audiência Pública sobre Orçamento Público.

A Audiência terá por objeto o debate das questões que envolvem o Orçamento Público no Estado do Paraná.

Para prestar informações e manifestar os diferentes entendimentos, estarão presentes as seguintes autoridades, além de todos os interessados.

- Sr. Reinhold Stephanes, Secretário do Planejamento;

- Sr. Heron Arzua, Secretário da Fazenda;

- Sr. Maurício Requião de Mello e Silva, Secretário da Educação;

- Sr. Aldair Tarcísio Rizzi, Secretário da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior;

- Sr. Cláudio Murilo Xavier, Secretário da Saúde;

- Sr. Fernando Guimarães, Conselheiro do Tribunal de Contas;

- Sra. Maria Marta Lunardon, Secretária da Administração e da Previdência.

Sala das Sessões, em 09.11.2004.

(a) MARCOS ISFER

REQUERIMENTO Nº 1829

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual Tadeu Veneri, REQUER Sessão Solene em homenagem aos 40 anos do SERPRO no Plenário da Assembléia Legislativa no dia 30 de novembro de 2004 às 17h00.

Sala das Sessões, em 09.11.2004.

(a) TADEU VENERI

JUSTIFICATIVA:

O SERPRO - Serviço Federal de Processamento de Dados é uma empresa pública de tecnologia da informação que completa 40 anos de vida em dezembro próximo, um marco de maturidade e o momento ideal para a empresa fortalecer laços com seus empregados, clientes, fornecedores, parceiros e com a sociedade brasileira, destinatória de todas as suas ações.

Trabalhar com tecnologia da informação é um privilégio por duplo motivo. Primeiramente, porque a tecnologia do SERPRO é feita por pessoas que dão sentido às informações, agregam seus conhecimentos, experiências e capital intelectual para que a empresa forneça soluções com qualidade. Por outro lado, a tecnologia tem sentido se for útil para melhorar a vida das pessoas. Esta dimensão está presente nos empregados do SERPRO, que enxergam, do outro lado dos seus processos de trabalho, os usuários, clientes e cidadãos como beneficiários dos serviços prestados.

Portanto, nesses 40 anos de SERPRO, a meta é valorizar as pessoas naquilo que elas têm de mais singular e precioso, que é a sua capacidade de aprender e de fazer da tecnologia um instrumento que possa melhorar a vida de outras pessoas.

Para comemorar a passagem do seu 40º aniversário, o SERPRO criou uma marca específica, que apresenta uma figura humana em posição de conquista e alegria, que vibra com o sucesso. A cor dourada também faz referência a essa valorização, sugerindo que as pessoas do SERPRO valem ouro. As cores utilizadas no fundo da marca são as mesmas utilizadas na marca do Governo Federal, simboliza a mistura das raças que compõe o povo brasileiro. O mesmo acontece no SERPRO, onde temos colegas das mais diversas origens. A diversidade está presente, porque pessoas diferentes com objetivos comuns convivem e geram resultados de excelente qualidade. O número 40 foi escrito com tipologia livre e manuscrita, que significa a atuação do homem na construção desses 40 anos. Apesar da tecnologia, que é o insumo de trabalho do SERPRO, o homem foi o grande responsável pelos sucessos da nossa história.

O conjunto de atividade programada para comemorar a passagem do 40º aniversário do SERPRO leva em conta a valorização das pessoas, o resgate da memória da empresa e a ênfase no sentido de pertencimento a uma comunidade específica, que tem seus valores próprios e uma tradição que merece ser conhecida, preservada e compartilhada.

ATUAÇÃO DO SERPRO

Foi criado por lei, em dezembro de 1964. É vinculado ao Ministério da Fazenda e cresceu desenvolvendo programa e serviços que permitiram maior controle e transparência sobre a receita e os gastos públicos. Consolidou-se, ao longo desses anos, aprimorando tecnologia adotadas por diversos órgãos públicos federais, estaduais e municípios, e incorporadas à vida do cidadão brasileiro.

Situa-se, fisicamente, em uma sede central (localizada em Brasília) e em dez regionais distribuídas pelo território nacional. São aproximadamente 8.500 empregados alocados em mais de 330 municípios brasileiros. Seu mercado de atuação está no segmento das finanças públicas, constituído pelo Ministério da Fazenda com suas secretarias e demais órgãos, correspondendo a 85% do volume de negócios da Empresa. Atua, também, no segmento das ações estruturadas e integradas da Administração Pública Federal, que é constituído pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e estende-se a outros órgãos governamentais que venham a constituir ações nesse segmento e que demandem serviços característicos da Empresa.

Novidades como declaração do imposto de renda via internet, sistemas informatizados que gerenciam o orçamento da União, redes que permitem integrar balancetes contábeis ao fundo de Participação de Estados e Municípios, serviços computadorizados que informam quanto o Brasil exporta e importa, tudo isso tem a marca do SERPRO.

REQUERIMENTO Nº 1820

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem, mui respeitosamente, REQUERER, após a oitiva do Plenário, a autorização desta Casa de Leis, para se ausentar, em virtude de viagem oficial a ser realizada entre os dias 15 e 19 de novembro do corrente ano, para participar do Encontro da Organização Latino-Americana e do Caribe de Entidades Fiscalizadoras Superiores (OLACEFS), na cidade de Buenos Aires, Argentina.

Sala das Sessões, em 09.11.2004.

(a) MARCOS ISFER

REQUERIMENTO Nº 1818

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

soberano Plenário, a inserção nos Anais da presente Sessão Ordinária, o expediente enviado pelo engenheiro Ayrton Cornelsen, ao Presidente do Instituto dos Arquitetos do Brasil.

Sala das Sessões, em 09.11.2004.

(a) NEIVO BERALDIN

“Exmo. Sr.

Arq. João Suplicy

MD Presidente do Instituto dos Arquitetos do Brasil - Paraná

Prezado Presidente:

Ayrton Cornelsen, engenheiro urbanista, natural de Curitiba, membro efetivo desta Instituição vem respeitosamente solicitar o apoio dessa entidade para fazer cumprir o respeito ao código de ética da coisa pública em relação à postura imobiliária de obras em Curitiba.

Há quase meio século, os notáveis do IPPUC pregam na mídia que a nossa cidade é a Capital Ecológica, uma das 3 cidades melhores do mundo para se viver, a capital social, a capital do Natal, que temos o melhor sistema de transporte do Brasil, etc, etc. Mas, o que vemos, é que rumamos para uma realidade mais cruel: Curitiba, a capital das favelas.

Senhor Presidente, o caso que apresento é muito grave. Enquanto cidades como São Paulo, Rio de Janeiro desapropriam grandes quadras com edifícios para construir largas avenidas para aliviar o tráfego de veículos, em Curitiba, os notáveis do IPPUC, em benefício dos cargos que ocupam, ou para beneficiarem políticos e/ou amigos, afunilaram e afunilam cada vez mais as ruas já planejadas, com alinhamento adequado para a implantação de ruas com várias pistas.

Para exemplificar a barbaridade que acontece em nossos dias, envio-lhe fotos da invasão sofrida por uma de nossas principais artérias de escoamento, obrigatória no sentido norte-sul, a rua Desembargador Mota, projetada pelo urbanista francês Alfred Agache, em 1943.

Cabe ao Instituto dos Arquitetos do Brasil, seção Paraná, interpelar o IPPUC, bem como solicitar à Câmara Municipal uma comissão de investigação para avaliar e apontar as correções para os abusos cometidos pela administração municipal. Se constatado as irregularidades, mover uma ação demolitória de todos os prédios incompatíveis com o código de obras.

Pela moralização de nossas ações profissionais,
Atenciosamente,

(a) AYRTON CORNELSEN”

REQUERIMENTO Nº 1808

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pela falecimento do Sr. Waldir de Oliveira, nesta Capital.

Era uma pessoa muito querida por todos que o conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades em todos.

Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 09.11.2004.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1809

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pela falecimento do Sr. Clarindo Malagutti, nesta Capital.

Era uma pessoa muito querida por todos que o conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 09.11.2004.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1812

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pela falecimento da Sra. Páschoa Budel Toaldo, nesta Capital.

Era uma pessoa muito querida por todos que o conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 09.11.2004.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1813

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados votos de profundo pesar pelo falecimento da Sra. Alice Cafofo, ocorrido no dia 06 p.p. na cidade de Lobato/PR.

Requer ainda, que seja dado ciência à família enlutada, através de seu irmão, o Sr. Leonel Francisco, residente à Rua Jacarezinho, 478, CEP 86.770.000 Lobato/PR.

Sala das Sessões, em 09.11.2004.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Alice Cafofo, mais conhecida como “Tia Alice” nasceu em 18 de abril de 1841, na cidade de Batatais/SP.

Em 1948, mudou-se para Lobato, com seus pais e irmãos.

Em 1956, com apenas 15 anos, perdeu sua mãe, tendo que assumir a responsabilidade de cuidar dos irmãos menores.

Aos 20 anos, educadora por vocação, com apenas a 4a. série primária, foi nomeada Professora.

Sempre valorizou os estudos e apesar das dificuldades financeiras, retomou-os e conseguiu realizar seu grande sonho, formou-se Professora Normalista.

Insatisfeita com seus conhecimentos, continuou sua caminhada, viajando quilômetros, por estradas de chão, atravessando rios em balsa, e enfrentando grandes dificuldades, para atingir seu maior objetivo, obter um diploma de Curso Superior.

A população lobatense possui uma enorme gratidão pela Professora Alice, responsável pela alfabetização de várias gerações, a quem ensinava com muito amor, conquistando o coração de seus educandos.

Construiu sua história, tendo como pilares a honestidade, a integridade e o imenso amor, que oferecia a todos a quem estendia sua mão amiga.

Seu passamento causou consternação àquela comunidade, onde adquiriu grande respeito e amizade.

Através deste requerimento, nos associamos à tristeza dos familiares, manifestando nossa solidariedade, ao tempo em que prestamos nosso respeito póstumo à falecida.

REQUERIMENTO Nº 1825

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER o registro nos anais desta Casa, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Newton Parodi, ocorrido no dia 06 de novembro de corrente, bem como seja remetida mensagem de condolências à família enlutada.

Sala das Sessões, em 09.11.2004.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

A sociedade de Foz do Iguaçu lamenta profundamente a morte trágica do empresário Newton Parodi, ocorrido no último dia 06 de novembro do corrente.

Newton era Cônsul Honorário de Honduras, Presidente da Sociedade dos Cônsules, empresário do ramo hoteleiro, proprietário do Hotel Colonial, em Foz do Iguaçu, muito querido e respeitado naquela comunidade.

Instalou-se em Foz do Iguaçu por volta do ano de 1974, foi um dos primeiros diretores do Sindicato de Hotéis de Foz, representando com altivez a categoria.

Era um grande e competente empreendedor, diplomata constantemente preocupado com o bem comum da sociedade iguaçuense, sempre lutando pelo progresso e desenvolvimento de Foz do Iguaçu.

REQUERIMENTO Nº 1807

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso, ao casal Francisco Gavloski e Sônia Gavloski, que completou 25 anos de União Conjugal, celebrando Bodas de Prata.

Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimentos e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos.

Somamos aos demais Pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 09.11.2004.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1811

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso, ao casal Dorival Borges e Matilde Marili Borges, que completou 25 anos de União Conjugal, celebrando Bodas de Prata.

Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimentos e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos.

Somamos aos demais Pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 09.11.2004.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1821

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão Plenária de hoje, votos de congratulações e apoio à iniciativa da Ordem dos Advogados do Brasil - subseção Foz do Iguaçu, no sentido de mobilizar toda comunidade iguaçuense para a criação de mecanismos que garantam a permanência dos juízes designados para a Comarca, em prazo razoável para a prestação jurisdicional, já que nas circunstâncias atuais os que dependem da tutela da Justiça são enormemente prejudicados pela ausência de Magistrados e Promotores de Justiça em número suficiente para atender a demanda crescente, criando uma grande insatisfação da comunidade.

Requer, outrossim, que a decisão desta Casa de Leis, seja dada ciência ao Sr. Waldemar Ernesto Feiertag Junior, Presidente da Substação da OAB - Foz do Iguaçu, à Rua José de Menezes, nº 40, CEP: 85.856-220 em Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 09.11.2004.

(a) RENI PEREIRA

REQUERIMENTO Nº 1823

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja expedido voto de congratulações ao Revmo. Sr. Dom Anuar Battisti, Arcebispo de Maringá que tomará posse naquela Arquidiocese em 24 de novembro de 2004, às 20 horas, na Catedral de Maringá.

Dom Anuar Battisti, que coordenará a Arquidiocese de Maringá, inspira-se na palavra de Deus “Caminhai no Senhor” (CI 2,6).

Nasceu em 19 de fevereiro de 1953, em Lajeado, Rio Grande do Sul. A ordenação presbiteral ocorreu em 12 de agosto de 1980, em Tupãssi, Paraná. A ordenação episcopal aconteceu em 20 de junho de 1998, em Toledo-PR.

Antes do episcopado foi pároco da Paróquia Nossa Senhora de Fátima, Vila Nova; Diretor Espiritual do Seminário Maria Mãe da Igreja de Toledo; Reitor da Comunidade dos Seminaristas maiores da província de Cascavel; Presidente da OSIB; Presidente da OSLAM (Organização dos Seminários latinoamericanos); Secretário Executivo do CELAM no DEVIM; Pároco da Paróquia São Pedro e São Paulo, Toledo; Administrador Diocesano de Toledo.

Cursou Teologia no Studium Teológico de Curitiba, de 1977 a 1980, bem como na Faculdade Nossa Senhora da Assunção, em São Paulo-PR. Estudou Filosofia no Seminário Rainha dos Apóstolos, em Curitiba e na PUC, de 1974 a 1976. O ensino médio foi cursado no Seminário São José de Curitiba, de 1970 a 1973 e o ensino fundamental no Seminário São José de Toledo, de 1964 a 1970.

A Arquidiocese de Maringá teve como primeiro Bispo (3.12.1956) e primeiro Arcebispo, permanecendo no cargo até o dia 11 de julho de 1997.

Dom Murilo Krieger foi o segundo Arcebispo de Maringá, sucedendo Dom Jaime. Tomou posse em 11 de julho de 1997, permanecendo até 20 de fevereiro de 2002, quando foi transferido para Florianópolis/SC.

Dom João Braz de Aviz foi o terceiro Arcebispo de Maringá. Tomou posse em 4 de outubro de 2002 e permaneceu no cargo até dia 07 de janeiro de 2004. Em março assumiu a Arquidiocese de Brasília-DF.

A Arquidiocese de Maringá comemora a chegada de Dom Anuar Battisti e esta Assembléia Legislativa homenageia o novo Arcebispo.

Sala das Sessões, em 09.11.2004.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1832

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, PEDE à egrégia Assembléia se digne inserir em seus anais, voto de congratulações às Irmãs Filhas de Caridade de São Vicente de Paulo, pelo Centenário da Província daquela Congregação Religiosa no Paraná e no Brasil, que transcorre este ano; bem como pelo Cinquentenário da Casa dos Pobres São Batista, mantida pela mesmo Ordem católica na Cidade de Curitiba, Capital do Estado.

Sala das Sessões, em 09.11.2004.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

As beneméritas Filhas de Caridade de São Vicente de Paulo, desde 1904 no Paraná, com sede junto à Igreja de Santana do Abranches - e desde 1933 com Casa Provincial e Conventual à Avenida Manoel Ribas nº 2, junto à Igreja de São Vicente de Paulo em Curitiba - servem ao nosso povo no carisma da ação social e da promoção humana.

Notável o seu trabalho em asilos, creches, hospitais, albergues e escolas de enfermagem, nas mais diversas Cidades do Estado do Paraná.

Justo é que este Poder Legislativo lhes preste reconhecimento - pois pelo exercício do seu brilhante carisma - as Irmãs de Caridade muito fizeram pelo nosso povo mais excluído.

É lembrar seu serviço no Instituto São José em Abranches, no Instituto São Vicente de Paulo, em Thomáz Coelho, no Instituto Imaculada Conceição, em São Mateus do Sul, no Instituto Sagrado Coração de Jesus, em Araucária, no Educandário Caetano Munhoz da Rocha, em Curitiba, na Escola de Enfermagem Catarina Labourée, no Hospital Nossa Senhora das Graças, no Hospital Imaculada Conceição, em Palmeira, no lar das Meninas Hermínia Lupion, no Hospital de Antonina, no Hospital de São José dos Pinhais, no Hospital de Ribeirão do Pinhal, e em tantos outros lugares.

Lembrar ainda que uma curitibana, Irmã Terezinha Remonato, chegou a ocupar o cargo de Madre Geral, no Convento Mundial das Filhas de Caridade de São Vicente

de Paulo, junto à Capela da Medalha Milagrosa, na Rua de Bac, em Paris.

Encaminhe-se este voto à Reverenda Irmã Paula Pereira Alves, Madre Provincial das Filhas de Caridade de São Vicente de Paulo.

REQUERIMENTO Nº 1801

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Soldado QPM 1-0, integrante do Pelotão da Polícia de Choque do 5º Batalhão da Polícia Militar Rangel Barbosa da Cunha.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados por este senhor à comunidade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 09.11.2004.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1803

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Luciano Rosa Gameiro.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados por este senhor à comunidade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 09.11.2004.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1802

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Sandro Roberto Viana dos Santos, Delegado Chefe da Polícia Federal de Londrina.

A referida homenagem se deve pelos relevantes trabalhos prestados ao Paraná, principalmente no combate ao crime de sonegação fiscal e ao tráfico de drogas.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 09.11.2004.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1822

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Exmo. Sr.

Secretário da Segurança Pública, solicitando o urgente reforço de policiamento na cidade de Foz do Iguaçu, tendo em vista a operação entre a Polícia Federal e a Receita Federal, para apreensão ao contrabando, já que estima-se que aproximadamente 30.000 pessoas estarão sob ação fiscal, com conseqüências imprevisíveis, já que em outras ocasiões houve revolta popular e muita insegurança na cidade e região.

Sala das Sessões, em 09.11.2004.

(a) RENI PEREIRA

REQUERIMENTO Nº 1828

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Sr. Waldyr Pugliesi, Secretário de Estado dos Transportes, solicitando o reaparelhamento asfáltico da PR-546, no trecho que liga Floresta a Itambé.

Sala das Sessões, em 09.11.2004.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

JUSTIFICATIVA:

O referido pedido se justifica tendo em vista que a PR-546, no trecho que liga Floresta a Itambé, encontra-se em péssimas condições de uso, o que dificulta o fluxo normal de veículos, além de facilitar o risco de acidentes de trânsito devido aos inúmeros buracos encontrados na pista.

REQUERIMENTO Nº 1810

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Departamento de Estradas de Rodagem - DER, no sentido de atender o pedido da Sra. Aparecida Cestari, que solicita a implantação de uma lombada ou redutores de velocidade no Km 8 da Rodovia da Uva, na entrada do Parque Embú. O movimento de veículos no local é intenso e os moradores têm muita dificuldade na travessia da rodovia, colocando-os diariamente em risco de acidentes.

Se necessário informações complementares, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 656-3766.

Sala das Sessões, em 09.11.2004.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 398/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública, o Lar do Menor São Vicente de Paulo, Município de Umuarama, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas às disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.11.2004.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de Utilidade Pública, tem sua sede e foro na PR-323, Km 153, em Umuarama, é constituída sob forma de sociedade civil, pessoa Jurídica de Direito privado, sem fins lucrativos de caráter finaltrópico e de assistência social.

O Lar do Menor São Vicente de Paulo, tem por objetivo a integração da criança carente na sociedade, com a realização de atividades que visam o bem-estar e também acompanhamento médico e psicológico dos associados.

A documentação que instrui este projeto, encontra-se dentro dos ditames da Lei 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, que dispõe sobre a matéria.

Desta forma, esperamos o devido apoio e consequente aprovação a esta proposta de lei que visa reconhecer publicamente o esforço e trabalho dessa entidade em favor da comunidade.

PROJETO DE LEI Nº 399/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública, a APADEVI - Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Visuais de Umuarama, Município de Umuarama, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas às disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.11.2004.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de Utilidade Pública, tem sua sede e foro na Rua Ministro Oliveira Salazar, 4561, em Umuarama, é constituída sob forma de sociedade civil, pessoa Jurídica de Direito privado, sem fins lucrativos de caráter filantrópico e de assistência social.

A APADEVI, tem por objetivo a integração do portador de deficiência visual à sociedade, com a realização de atividades que visam o bem-estar e também acompanhamento médico e psicológico dos associados.

A documentação que instrui este projeto, encontra-se dentro dos ditames da Lei 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, que dispõe sobre a matéria.

Desta forma, esperamos o devido apoio e consequente aprovação a esta proposta de lei que visa reconhecer publicamente o esforço e trabalho dessa entidade em favor da comunidade.

PROJETO DE LEI Nº 400/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública, Creche Criança Feliz, Município de Umuarama, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas às disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.11.2004.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de Utilidade Pública, tem sua sede e foro na Rua Santa Efigênia s/nº, em Umuarama, é constituída sob forma de sociedade civil, pessoa Jurídica de Direito privado, sem fins lucrativos de caráter finaltrópico e de assistência social.

A Creche Criança Feliz, tem por objetivo a integração da criança carente na sociedade, com a realização de atividades que visam o bem-estar e também acompanhamento médico e psicológico dos associados.

A documentação que instrui este projeto, encontra-se dentro dos ditames da Lei 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, que dispõe sobre a matéria.

Desta forma, esperamos o devido apoio e consequente aprovação a esta proposta de lei que visa reconhecer publicamente o esforço e trabalho dessa entidade em favor da comunidade.

PROJETO DE LEI Nº 401/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a APMF - Associação de Pais, Mestres e Funcionários do Colégio Estadual Regente Feijó, com sede e foro no município de Ponta Grossa.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 09.11.2004.

(a) JOCELITO CANTO

JUSTIFICATIVA:

O referido projeto de lei tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a APMF - Associação de Pais, Mestres e Funcionários do Colégio Estadual Regente Feijó, com sede e foro no município de Ponta Grossa - PR, entidade sem fins lucrativos, que tem por objetivo a discussão sobre ações de assistência ao educando, busca de integração dos segmentos da sociedade organizada ao contexto escolar, prestação de assistência aos educandos, professores e funcionários do Colégio Estadual Regente Feijó, entre outros.

A iniciativa se justifica em vista os relevantes serviços prestados pela entidade à comunidade estudantil daquele colégio conforme se pode verificar nas atas e relatórios de atividades juntados ao projeto, bem como preenche todos os requisitos formais e legais conforme documentação em anexo.

A aprovação do presente projeto permitirá a entidade requerer recursos oriundos dos Poderes Públicos, o que facilitará a execução de seus objetivos e para tanto, pedimos o apoio dos nobres pares desta Casa.

PROJETO DE LEI Nº 402/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica concedido o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Dr. Nilson Tadashi Uhemura.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 09.11.2004.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

É com muita honra e satisfação que tomamos a iniciativa legislativa de propor aos nobres Parlamentares desta Assembléia Legislativa, reais representantes das aspirações do povo paranaense, a aprovação da concessão do título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Sr. Nilson Tadashi Uhemura, por tratar-se de ato de reconhecimento de elevado mérito, em função dos relevantes serviços prestados por ele ao Estado do Paraná.

Paranaense da cidade de Nova Esperança, nascido em 03 de julho de 1964, filho de Nobuhiro Uhemura e Toshiko Uhemura, formou-se em Medicina pela Universidade Sul Fluminense - RJ, em 1988. Dentre outros cursos que realizou, destacamos: Residência Médica no Hospital Santa Catarina em São Paulo (1º lugar em Clínica Cirúrgica), Cursos de Especialização em Orlando (USA), em Dallas (USA) e em New Orleans (USA) e membro da American Academy of Ophthalmology, do Conselho Brasileiro de Oftalmologia, da Sociedade Brasileira de Oftalmologia da Sociedade Brasileira de Administração em Oftalmologia.

Em sua área de atuação, é co-autor do livro "As Bases da Administração em Oftalmologia". É introdutor dos Cursos de Aperfeiçoamento de Anel de Ferrara para Ceratocône, de Aperfeiçoamento de Lente de Artisan e do Day Clinic em Maringá.

É convidado a palestrante em Congressos Científicos de Oftalmologia, nacionais e internacionais e especializado em cirurgia de cataratas com anestesia tópica.

Em sua jornada profissional, faz, com dedicação e excelência, a prestação de serviços e atende com

igualdade às diferentes classes sociais. Trabalha com a mesma qualidade e eficiência nos atendimentos filantrópicos prestados ao Lar São Vicente de Paula (asilo), Lar Santa Luíza Marilack (albergue), Lar Betânia (orfanato), Penitenciária Estadual de Maringá (presidiários) e moradores de Maringá, Sarandi, Paçandu, Nova Esperança, Floraí, Colorado entre outras. Estas atividades filantrópicas são desenvolvidas no Instituto de Olhos e fora dele, prestando assim importante e incontestável serviço ao povo paranaense mais carente e humilde.

O exame superficial do curriculum vitae dá a perfeita noção da personalidade e de destaque que possui o Paraná. Seus trabalhos e realizações sempre proporcionaram o desenvolvimento e modernidade do trato da Medicina na especialidade de Oftalmologia, em benefício do povo.

Neste sentido, conclamo a todos os nobres Pares com assento nesta Casa deliberativa, para procederem os devidos apoimentos à proposta que ora apresentamos, a fim de reconhecer, em vida, os méritos deste filho do Paraná, que tanto dignifica nosso Estado.

PROJETO DE LEI Nº 403/2004
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a transferir para o domínio do Estado do Paraná, a administração e conservação do trecho de rodovia municipal, do Município de Lupionópolis, que liga a PR-140 ao Porto Anis Abud, na divisa com o Estado de São Paulo.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 09.11.2004.
(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando o presente projeto de lei, atendendo solicitação do Prefeito eleito do Município de Lupionópolis, José Carlos Tibério, com o objetivo de autorizar o Poder Executivo a estadualizar o trecho de rodovia municipal que liga a PR-140 ao Porto Anis Abud, na divisa com o Estado de São Paulo.

Trata-se de um trecho que é considerado interestadual, já que o mesmo liga esta região paranaense ao Estado de São Paulo, com travessia do Rio Paranapanema, através da balsa e ainda, possuir tráfego de veículos intenso e em fase de expansão.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do plano de lei em tela.

PROJETO DE LEI Nº 404/2004
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam obrigados os Municípios, para receberem recursos oriundos do Tesouro do Estado, a apresentarem antecipadamente, ao respectivo órgão da Administração Direta, Indireta Ou Fundacional do Estado, responsável pelo repasse dos recursos, a competente Certidão Negativa dos Cartórios de Protestos, serviços de proteção ao crédito e similares.

Art. 2º - Fica proibido o Estado do Paraná a efetuar repasse de recursos públicos aos municípios cuja certidão dos Cartórios de Protestos, serviços de proteção ao crédito e similares, respectivos, encontram-se positivas.

Parágrafo Único - Os preceitos contidos neste artigo não se aplicam ao Estado de Emergência ou de Calamidade Pública.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 09.11.2004.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

Tal propositura visa preservar a economia particular de nosso Estado, impedindo que as Prefeituras Municipais deixem de cumprir com suas obrigações.

Diante do exposto, contamos com o apoio de V. Exas. para a aprovação do presente projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Pequeno Expediente, concedemos a palavra ao Deputado Elio Rusch.

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Uso esta tribuna para relatar aquilo que aconteceu na manhã de hoje, na audiência pública aqui na Assembléia Legislativa, no que diz respeito ao projeto que se encontra na Casa, que autoriza a COPEL a firmar parceria e ser sócia de outras empresas para formar consórcios para a transmissão da energia elétrica.

Na semana passada, mais precisamente na quarta-feira, tivemos uma reunião na sala da Presidência desta Casa, quando participaram os técnicos e auditores da COPEL, junto com alguns Deputados aqui da Assembléia Legislativa. Nós, naquela ocasião, relatamos que da forma como o projeto veio para a Assembléia Legislativa, ele não tinha a mínima possibilidade de ser aprovado, não por aquilo que a COPEL pretendia ou pretende fazer ou estabelecer as parcerias com empresas públicas ou mesmo privadas.

Mas, a Assembléia Legislativa constituiu uma CPI para apurar possíveis irregularidades na Companhia Paranaense de Energia Elétrica. Após as conclusões dos trabalhos desta CPI, elabora-se um projeto, encaminha-se para o Governo do Estado. O Governador Roberto Requião recebeu, ainda no ano passado, em dezembro, e sancionou esta lei agora em fevereiro deste ano.

E, o que diz esta lei? Que a COPEL só pode participar de qualquer consórcio, como acionista ou de qualquer empresa, desde que ela tenha o controle majoritário, ou seja, a maioria das ações na constituição desta empresa.

Para surpresa nossa e não só nossa, dos Parlamentares, mas para surpresa da sociedade do Estado do Paraná, o Governo pede autorização da Assembléia Legislativa para participar de consórcio onde a COPEL detém a minoria das ações.

Ora! Nós já falamos, Deputados Nelson Justus, nós não podemos brincar de sermos Deputados e muito menos brincar de fazermos lei! Faz-se a lei, o Governador sanciona e com agravante: o Governador Roberto Requião e seus aliados, após a eleição e mesmo no período eleitoral, em 2002, usaram a COPEL e falaram para a sociedade do Paraná das parcerias que a COPEL estava realizando, estava fazendo, e com a minoria das ações na constituição das novas empresas.

Ora! se o Governador sanciona uma lei e determina que a COPEL só passa participar após a autorização legislativa - e aí firmar as parcerias - a COPEL já tem feito parcerias ou participando de licitações sem autorização da Assembléia Legislativa. E o que é que nós podemos fazer? Referendar um negócio já feito, mas que não está concretizado, ainda, porque a documentação tem que ser enviada até a ANATEL!

Mas, a Assembléia Legislativa não pode, jamais aprovar uma lei da forma como veio! E nesta audiência pública na manhã de hoje, com a presença do Dr. Paulo Pimentel, que é presidente da própria COPEL, ele mesmo entende que só se aprova o Consórcio Gralha Azul e os demais ficam para estudos, para trocarmos idéias com a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná e com uma nova mensagem analisarmos.

O que estranhamos muito? Para surpresa nossa, o próprio Dr. Paulo Pimentel não concorda com essa lei nº 14.286! E o Deputado Durval Amaral perguntou-lhe se as parcerias eram necessárias e boas, e lhe disse que: "mesmo que a COPEL tenha as ações minoritárias, sempre é um bom negócio". Ou seja, as parcerias que foram realizadas no Governo passado, no entender do Dr. Paulo Pimentel, foram boas, mesmo não concordamos com essa lei.

Quem é que está com a razão? São as bravatas e as afirmações do Governador Roberto Requião ou é o Dr. Paulo Pimentel Presidente da COPEL?

Volto a dizer aquilo que não me canso de dizer: o tempo é a razão de si. O tempo é o dono de si mesmo e confirma-se aquilo que falei no passado é verdadeiro ou foi para enganar a sociedade.

Posso dizer aqui, em tom de brincadeira, com todo respeito que tenho dos Deputados do PTB, mas o Roberto Requião está no PTB! Ele é PTB, sim! Pedágio, Transgênicos e Bingo.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Concedo a palavra ao Deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Gostaria de parabenizar o Deputado Neivo Beraldin pela iniciativa brilhante quando, através da Comissão de Fiscalização, avocou essa discussão que propiciou um entendimento da razão nesta manhã, nesta Casa. mas, justiça seja feita, a Oposição às vezes tem criticado, questionado, mas não estamos fazendo oposição só pelo gosto da oposição.

Quero também cumprimentar e parabenizar o Líder do Governo e toda a Base de Apoio do Governo, pelo bom senso e equilíbrio demonstrados na manhã de hoje. Diante das argumentações dos técnicos da COPEL e a argumentação forte da Oposição, evidenciando as contradições, não só na mensagem, e a inoportunidade, porque jogava por terra todo o discurso do Governador Roberto Requião, e o Líder do Governo teve a sensibilidade, com toda a sua liderança, a sua capacidade de aglutinação, de entender que vamos votar hoje a questão do Gralha Azul. Por quê? Porque Gralha Azul, são 80% de capital da COPEL e 20% da capital da ELETROSUL. Perfeitamente de acordo com que estabelece a lei aprovada na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

A Oposição vota favoravelmente.

Existem alguns esclarecimentos que nos foram repassados, não sabemos se estão todos ali contidos, mas as dúvidas poderão ser sanadas na sequência, pois, tenho certeza que teremos o apoio da Base do Governo.

Quero falar sobre duas outras questões que nos causaram muita surpresa. Uma delas é a questão do Consórcio Artemis que se colocava como prazo fatal dia 16. Para mim foi surpreendente ouvir um dos diretores da COPEL dizer que precisava ser sacramentado porque a COPEL iria adquirir participação no Consórcio Artemis, porque tudo aquilo que tanto se recriminou, no passado, por este Governo, sobre compras feitas de maneira nebulosa, estavam querendo também realizar. Isso nós não poderíamos concordar, em hipótese alguma.

Faço questão de ressaltar aqui a iniciativa do Dr. Paulo Pimentel que, de pronto, diante dos argumentos colocados de que a empresa teria personalidade jurídica privada, portanto, não seria uma empresa pública, aquela aritmética de somar-se a participação da COPEL mais a participação da ELETROSUL que sela se tornaria uma empresa pública, ficou totalmente desvestida nessa audiência pública.

Foi surpresa, também, quando o Deputado Neivo Beraldin trouxe à tona que essa empresa Artemis, esse consórcio, foi constituído com capital de apenas mil reais, tomou noventa milhões de empréstimo e tem, inclusive, apontamentos no Cartório de Protestos como empresa já protestada e devidamente carimbada no SERASA e, misteriosa ou estranhamente, a COPEL estava se propondo a comprar dessa forma. O Dr. Paulo tomou um susto e, imediatamente, suspendeu essa nego-

ciação, disse que nesse momento não era oportuno se adiantar, não obstante, alguns técnicos da COPEL ainda terem tentado argumentar que seria importante.

Então, estou aqui, Deputado Stica, para louvar e parabenizar o Governo Roberto Requião, não é por recuar não, é por ter bom senso, por ter equilíbrio de saber que não pode desfazer algo que ele mesmo criou. As parcerias eram lesivas à COPEL, portanto, fez uma lei dizendo que a COPEL só poderia ser sócia majoritária. De repente, manda uma lei sem pé e sem cabeça contraditando tudo aquilo que sempre propugnou. A Oposição denuncia. Poderia, efetivamente, a Base do Governo, o Governo, com a maioria absoluta que detém na Casa, passar sobre todos os argumentos da Oposição; não fizeram isso. Então, temos que ressaltar e elogiar essa iniciativa da discussão.

Vamos votar o Consórcio Gralha Azul que é 80% da COPEL, 20% da ELETROSUL e as outras participações, aquela da Artemis que o Governo pretendia comprar está sepultada e a outra, a Uirapuru, em que o Governo iria deter apenas 5% através da COPEL, também fica prejudicada a sua votação. A Oposição vai apoiar incondicionalmente esse entendimento feito com a Liderança do Governo e, obviamente, com o Dr. Paulo Pimentel e com o Governo do Estado, mas apresentará uma Emenda só modificando, porque existe uma contradição: na exposição de motivos o Governo fala em 80%, na mensagem enviada fala em 51%, e óbvio está que COPEL terá 80%, razão pela qual estamos apresentando também, além da Emenda Substitutiva Geral elaborada pela Comissão de Finanças, da lavra dos Deputados Marcos Isfer e Elio Rusch que é o Presidente, com apoio incondicional, tenho certeza, da Base do Governo, vamos também emendar para que 80% fique registrado como o capital social dessa empresa a ser constituída no Consórcio Gralha Azul.

Não estamos aqui somente para criticar, mas sim para alertar e parabenizar a Base do Governo pelo equilíbrio e pelo bom senso de querer discutir essa matéria com profundidade, como foi discutida na manhã de hoje. Se nós tivéssemos discutido, com a mesma profundidade, a questão do pedágio, no passado, com relação à encampação ou a questão da SANEPAR, da tentativa de estatizar aquilo que já lhe pertence, essas leis sequer teriam tido guarida na Assembléia Legislativa, porque elas eram como são: totalmente equivocadas.

Muito obrigado, Sr. Presidente!

O SR. PADRE PAULO CAMPOS (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, apenas para registrar hoje nesta Casa, a presença do Prefeito reeleito da minha cidade, Cido Spada, acompanhado pelo José Carlos, do Meio Ambiente, do Urbanismo e também do Prefeito Suzuki, de Medianeira, também do nosso partido, que está hoje nos visitando nesta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Pequeno Expediente, Deputado Natálio Stica.

O SR. NATÁLIO STICA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Hoje pela manhã tivemos a reunião que acordamos ontem na Sessão, junto com o Líder da Bancada de Oposição, e esta reunião de hoje foi muito produtiva. Quero inclusive parabenizar o Deputado Neivo Beraldin da Comissão de Fiscalização, sua equipe, que nos trouxe e apresentou documentos que mostram pelo menos grandes suspeitas em cima dessa empresa chamada Artemis, ponto já levantado pelo Deputado Durval Amaral, que foi mostrado que essa empresa criada com capital inicial muito pequeno e num curto espaço de tempo entra numa licitação gigantesca, podendo ou não comprometer aí o processo, Deputado José Maria Ferreira.

Pior do que isso, foi nos mostrado uma certidão positiva, o que por si só já não poderia participar de um processo licitatório. Resta saber se essa certidão positiva se deu após o processo licitatório ou antes. Se for antes, é muito grave. Inclusive é bom que se diga que a ANEEL deveria ter cuidados antes de deixar a participação de uma empresa como essa, mas mesmo assim não se isenta a culpa de técnicos da nossa COPEL, que ao propor um negócio, no mínimo têm que conhecer o seu sócio.

De fato, o Dr. Paulo Pimentel foi tomado de surpresa porque não conhecia e no primeiro momento disse: “não podemos continuar com este processo já que há grandes suspeitas sobre esta empresa”.

Quero também dizer que o Governador Roberto Requião primeiro, não compactua com esse tipo de negócio. Liguei para o Governador Requião em seguida e ele foi taxativo e me disse: “se está errado, não pode passar. Parabéns aos Deputados”. E quando ele me disse: “quem foi que descobriu?” Eu falei: “o Deputado Neivo Beraldin.” Ele falou: “vou ligar e parabenizar o Neivo.” Não sei se o fez, mas disse-me que ia parabenizá-lo porque este é o nosso papel, Deputado Neivo. Sendo Oposição ou Situação ou do Bloco Independente. Temos que zelar pelo nosso mandato.

Temos aqui o dever de defender as mensagens do Governo como sempre fizemos. E neste momento, dizer: o Governador Requião não sabia, foi tomado de surpresa. Faz uma autocrítica de dizer que acreditou nos seus assessores e assinou a mensagem, mas disse que não concorda e que esta Casa não poderia mesmo tomar outra atitude que não fosse esta.

Por isso, no dia de hoje, vamos apenas aprovar o Consórcio de nº 1, Gralha Azul, aonde a COPEL entra com 80% das ações e já tínhamos previamente acordado. Os outros voltam para que a COPEL ache se existe uma maneira correta, justa e dentro da lei vigente, para que a COPEL possa então prosseguir no intuito de ter, ela como acionista majoritária, nas linhas de transmissão, que são um ótimo negócio para o Estado do Paraná e para a nossa empresa.

O Deputado Elio Rusch faz uma crítica ao Governador Requião, dizendo que ele está errado e que a lei que aqui está não deveria existir. Primeiro, Deputado Durval, ter aprovação ou rejeição de acordo com o que pensa e acredita cada Deputado. Eu, por exemplo, entendo assim como o Presidente Lula, que as chamadas PPP's - Parcerias Públicas Privadas é um bom negócio, moderno, onde o País, as empresas estatais ganham com isso. Também não me furto de dizer que tem razão o Governo Requião, quando diz que a COPEL só deve participar como acionista majoritária, porque é interesse nosso, do Estado do Paraná, que a COPEL, ao entrar em uma parceria, seja majoritária, sim, para poder dar as cartas, dizer como quer que seja feito, para que administre a empresa, para que ela não seja uma mera coadjuvante.

Portanto, não está errada a lei. Talvez, uma flexibilização na lei. Se não tiver dinheiro da empresa estatal, para que ela se torne majoritária, ela não pode ser minoritária - não podemos engessar. Este é o ponto que temos que rever da nossa lei. Mas garantir que preferencialmente as empresas estatais, sempre que houver fluxo de caixa, para que ela possa ocorrer, ela que entre e seja majoritária, sim. Este é o caminho correto. Não sendo possível por questões financeiras é melhor ter 10, 15%, do que não ter nada. É uma questão óbvia.

Do ponto de vista podemos discordar ou acreditar que a lei está correta. Acho que cabe algum reparo, um estudo, para que possamos ter a garantia, Deputado Elio Rusch. As empresas estatais, sempre que tendo dinheiro em caixa sejam majoritárias, em todas as ações para que elas digam como devem ser feitas as ações da empresa, porque elas administram o Governo, as empresas e não apenas como coadjuvantes. Ao mesmo tempo não proibamos que uma empresa entre minoritária, se não tiver um fluxo de caixa necessário para se tornar majoritária. Acho que vai ser fácil, em nome do Estado do Paraná, chegarmos aqui, depois de um estudo mais aprofundado, quem sabe, melhorar a lei existente.

Reafirmo que o Governador Requião é um homem probo, corajoso e sério. E disse que está errado, a Assembléia tem mais é que não deixar passar.

Parabéns, Deputado Neivo! Parabéns aos Deputados da oposição, que ajudam a cumprir o papel e a todos os Deputados que, de uma maneira ou de outra, nos ajudaram. Vamos votar o que é correto. O que não está correto, vai ser revisto, ou então, não se vota!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Deputado Barbosa Neto.

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu vim a esta tribuna há poucos dias, para analisar os resultados das eleições do primeiro turno, ressaltando que o PDT e

os pedetistas se consideravam vitoriosos com a eleição de 300 Prefeitos, 3.252 Vereadores em todo o Brasil.

Volto agora para dizer que os resultados do segundo turno foram a consagração verdadeira dessa vitória pedetista. O PDT disputou com cabeça de chapa o segundo turno em sete Municípios e venceu em cinco deles. Em Campos, no Rio de Janeiro; em Campinas e Bauru, em São Paulo; em Salvador, na Bahia; e em Maceió. Agora serão três capitais que serão governadas pelo PDT. O nosso Partido conseguiu vencer as verdadeiras oligarquias do Nordeste brasileiro. Vencemos os coronéis do Nordeste, na São Luís, do Sarney; em Salvador, do "Carlismo", de Antônio Carlos Magalhães; e em Maceió, de Collor de Mello. Os resultados eleitorais situaram o PDT como terceiro maior Partido nas 120 Cidades do Brasil, as principais Cidades; e também o quanto em número de votos, tendo somado oito milhões e seiscentos mil votos - quase 6% da votação nacional e, portanto, acima dos 5% da famigerada cláusula da barreira que quer acabar com os pequenos Partidos no nosso País. Portanto, isso não nos preocupa, mas achamos que não se pode dificultar ainda mais as já frágeis instituições políticas existentes no Brasil.

Aqui no Paraná, com o Senador Osmar Dias presidindo o nosso Partido, o PDT se constitui em uma verdadeira alternativa na mudança de rumos. O PDT lançou 82 Prefeitos e elegeu 44. Temos ainda 36 Vice-Prefeitos no nosso Estado e mais de 350 Vereadores.

E também aproveito para subir à tribuna, porque muito se especula a respeito de uma eventual fusão do PDT com o PPS no plano nacional. Nós respeitamos de uma eventual fusão do PDT com o PPS no plano nacional. Nós respeitamos o Partido Popular Socialista, fizemos alianças importantes em vários Municípios brasileiros e mais notadamente aqui no Estado do Paraná - em Londrina disputei a eleição tendo como meu Vice o Chico Gali, do PPS, o que muito nos honrou. Ficamos na 4ª colocação e queremos salientar, especificamente, que há, sim, um projeto de aliança do PDT com o PPS já para as eleições de 2006. Não passam, na verdade, essas especulações, de análise de alguns plantonistas, que alguns deles, desavisados ou sob o mando do interesse daqueles que estão no Governo Federal, tentam desvirtuar os reais propósitos dessa nossa aliança, esses entendimentos que estão se estabelecendo entre as direções nacionais dos dois Partidos.

E o que estamos frisando, Sr. Presidente, é que o PDT e o PPS estão buscando a construção de um Bloco de Partidos que se identifiquem no sentido de questionar esse modelo contraproducente e falido que está, hoje, no Governo Federal. Esse modelo econômico perverso que ainda está em vigor no Brasil, que foi iniciado pelo liberalismo do Fernando Henrique Cardoso e que se mantém no Poder com a Presidência do Partido dos Trabalhadores - dito um Partido de Esquerda e que reafirmou esses compromissos, essa aliança que foi feita com os banqueiros internacionais.

(Passa a fazer uso do Horário da Liderança do PDT)

Mas, por detrás de tudo isso, existem os interesses daqueles que querem colocar na “vala comum” dos Partidos que são comprados pelo Governo Federal essa fusão do PDT com o PPS.

E o que fica claro aqui, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados que se fazem presentes na tarde de hoje, é que essa condição é afastada totalmente na nota oficial da Executiva Nacional do PDT, que analisou esta questão da aliança com o PPS no último fim de semana. A Executiva Nacional do PDT se reuniu no Rio de Janeiro para analisar os resultados do processo eleitoral e também os desdobramentos no cenário nacional e faz aqui uma manifestação em que faço questão, inclusive, de ler aqui.

“Convencida de que o momento nacional exige visão ampla, grandeza política e busca de convergência das forças que partilham tais visões, visando a construção de uma aliança política que ofereça alternativas ao povo brasileiro. Aliança que não apenas possua identidade de idéias e práticas políticas, mas que possa reunir todos os que entendem que o desenvolvimento e a justiça social não serão alcançados com a manutenção do atual modelo econômico”. Rio de Janeiro, 05 de novembro de 2004.

Portanto, Sr. Presidente, para finalizar o nosso pronunciamento, até em respeito aos nobres Pares desta Casa que pertencem ao PPS, Partido Popular Socialista, gostaríamos de manifestar a nossa confiança no Senador Osmar Dias, que é o Presidente Estadual do nosso Partido, bem como no Presidente do PPS do Diretório Estadual, Deputado Rubens Bueno, que nós tenhamos a certeza que os dois comandantes, das duas siglas, saberão analisar os pontos positivos e poderão fazer com que essa aliança seja uma realidade para o ano de 2006. E ainda, já para deixar esta tribuna, lembrando que não é a primeira vez que o nosso Partido enfrenta essas incompreensões, principalmente daqueles que estão com o poder central no nosso País. Quando Leonel Brizola buscava os entendimentos para fazer a fusão com o trabalhismo do PTB houve, naquela oportunidade, os defensores dessa tal fusão. Quando Brizola admitia essa fusão como uma possibilidade, já davam outros sentidos às suas palavras. Portanto, nós sabemos, sim, ler nas entrelinhas, sabemos a mando de quem estão aqueles plantonistas do Governo Federal, analistas que fazem o jogo do Governo Federal, e o PDT e o PPS não se prestarão a esse desserviço à Nação.

Era o que eu tinha, em nome da liderança do meu Partido, na tarde de hoje.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Com a palavra, no Pequeno Expediente, o Deputado Nelson Tureck.

O SR. NELSON TURECK

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Cartário, começamos inovando uma nova política no Paraná. Na nossa cidade de Campo Mourão começa uma nova história na educação. Em Campo Mourão, na nossa proposta, no nosso projeto de campanha, Dobrandino, fizemos um compromisso com a educação, que é o nosso caminho para um futuro melhor, e principalmente os professores que são as pessoas mais importantes, que foram na nossa vida e são, na vida dos nossos filhos. O Secretário da Educação do Município, dentro da proposta - e cumprimos”, Tureck eleito, povo vira Prefeito”, colocou três nomes para concorrer ao cargo de Diretor da Secretaria Municipal de Educação, colocamos três candidatos, uma abertura à verdadeira Democracia, mais do que justo o nosso professor escolher aquele que vai gerenciar, comandar, dialogar a educação no Município dos nossos filhos.

E foi um sucesso, Dobrandino, foi um sucesso! A equipe de transição acertou todos os detalhes e ontem, em Campo Mourão, foi escolhido - eu acho que é um projeto pioneiro do Estado do Paraná - e eu fiquei muito contente de ver a participação, não só dos professores, mas do quadro geral, da própria Secretaria de Educação de Campo Mourão, assim como da escola, das APAE's das creches e que escolheram o Secretário da Educação no Município de Campo Mourão, com a participação de 720 pessoas que votaram.

Portanto, a gente entra na política é para cada vez melhorar, aperfeiçoar e fazendo história. Eu que já fui professor, tenho uma esposa que é professora e sempre aqui na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, um trabalho reivindicando em prol da educação do Estado do Paraná e hoje me sinto realizado de poder ter honrado um compromisso com a classe dos professores, a valorização do nosso professor e, principalmente, é fundamental o diálogo do Prefeito de uma cidade coma Secretaria da Educação. Conversarmos com aqueles que são responsáveis pela educação dos nossos filhos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, era isto que eu queria deixar registrado nesta tarde, aqui na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, que ao longo desses anos - quero aqui também fazer um agradecimento aos Deputados Estaduais que têm trabalhado em prol deste Paraná, projetos importantes, vitais, projetos reais, consistentes para o desenvolvimento do Paraná.

E, por isso, Nelson Tureck, Prefeito eleito lá da cidade de Campo Mourão, uma região central do Paraná, aonde predomina a agricultura que hoje é superávit da balança comercial que o Brasil alcançou foi pelo trabalho valoroso, Deputado Nelson Justus, do nosso agricultor paranaense.

E agora, como Prefeito eleito de Campo Mourão, a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, Srs. Deputados que votaram a favor do Pólo Agroindustrial em Campo Mourão, vai ser implantado.

Deputado Nelson Justus, que já foi o Secretário da Indústria e Comércio, sabe o quanto é primordial, o quanto é valioso, o quanto é importante uma cidade ter a

sua vocação, o seu caminho, a sua identidade, a sua independência e Campo Mourão vai colaborar com o Paraná, com a industrialização da agroindústria, porque alimento é o maior projeto do mundo, porque o rico e o pobre têm que comer e têm que beber.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Grande Expediente com a palavra o Deputado Tadeu Veneri.

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

No dia de hoje nós tivemos, com a presença de diversos Deputados, no gabinete da Presidência, uma reunião com as universidades do Estado do Paraná, com os reitores das universidades, para debatermos um pouco a situação em que se encontram as nossas universidades. Nós, já de algum tempo estamos acompanhando um processo onde as universidades do Estado do Paraná vêm sofrendo paulatinamente um processo que as coloca numa situação de ter, no ano que vem, se não for possível uma resolução no que diz respeito ao seu orçamento, de terem em alguns casos colocados hoje, que não iniciar o ano de 2005.

Vejam os senhores a situação em que se encontram as nossas universidades hoje. Nós temos apenas nesses dois anos uma defasagem salarial da ordem de 17% nesses dois anos, somados aos quase 70% do governo Lerner, nos levam a uma situação de quase 100% de perda salarial nos últimos dez anos. Com isto temos perdido uma média de 100 professores por mês nas universidades estaduais nos últimos meses, professores estes, mestres, doutores, que custam em torno de 100 a 200 mil reais para serem formados.

O Deputado Ratinho, o Deputado Pedro Ivo e outros Deputados que hoje acompanharam a reunião feita com o Presidente Hermas Brandão, sabem que é preciso que esta Casa tome a iniciativa de fazer um debate; já foi sugerido no dia 23 fazermos uma audiência pública com o Presidente da Comissão de Orçamento, de Finanças, com o relator do Orçamento, Deputado Marcos Isfer, para que possamos ter uma emenda de Plenário, que possa completar, minimamente, os gastos que as universidades vão ter.

Estamos tendo, para o ano que vem, um valor inferior ao valor que temos em 2004; primeiro, é inconstitucional; segundo estamos levando as nossas universidades a fazer algo que em toda história delas não tivemos, que é gastar com pessoal, menos em 2005 do que gastou em 2004! Isso sem levar em conta toda a defasagem salarial que tivemos! Obviamente que é impossível se administrar uma universidade nestas condições!

O Deputado Pedro Ivo que estava hoje de manhã e fez algumas sugestões a respeito do FUNDEF sabe disso, nós temos um orçamento para 2005 de 667.660.000 reais que não cobre as necessidades das nossas seis univer-

sidades estaduais. Em que pese sermos o Estado que tem maior número de universidades estaduais, sermos o Estado que mais gasta, proporcionalmente, comparando com aquilo que em São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul é gasto mas ainda assim temos hoje uma situação que nos remete a uma constatação absurdamente diferente do que era há alguns anos atrás! Não que fosse bom mas está ficando tão ruim, que hoje, nós temos referência de governos anteriores que foram governos ruins para as universidades estaduais. Nós temos uma defasagem salarial dos nossos professores com as universidades paulistas e federais de cerca de 40% do salário. Temos aqui valores que a Fundação Araucária gasta que são infinitamente menores, dez vezes menores do que é gasto com pesquisa em São Paulo,.

E apenas para que se possa fazer um comparativo: - na Universidade Estadual de Londrina, em 2002 nós tínhamos 167 milhões, hoje temos 227 milhões, ou seja, tivemos um aumento de 2002 para 2003 da ordem de 5,5%, 39% para 2004 e 0,23% para 2005. Da mesma forma todas as outras universidades estaduais, a UNICENTRO que tinha 21 milhões, tem 35 milhões.

Então eu acredito que esta Assembléia, o Deputado José Maria hoje bem lembrou, não irá faltar com o seu compromisso com o ensino superior no Estado do Paraná e nem poderá fazê-lo, até porque me parece, Srs. Deputados, que estamos vindo num processo, nesses dois últimos anos que em nada contribui para que possamos ter o papel da universidade reconhecido como deve!

Nós temos aqui a CPI das Universidades, nós tivemos a suspensão de 43 cursos, concursos vestibulares, nós tivemos o Decreto 2807, nós temos falta de professores que hoje se afastam e são contratados professores PSS, processo seletivo simplificado que não podem fazer pesquisa porque só podem fazer pesquisa porque só podem ficar dois anos. Estamos tendo uma evasão imensa de quadros dentro das universidades e aliada a tudo isso temos a falta de pesquisa que está sendo cada vez mais premente por conta da falta de recursos para as universidades.

Estou fazendo hoje um pouco do relato do que foi essa reunião na parte da manhã com a expectativa que possamos, no dia 23 uma Emenda de Plenário definitivamente resolvendo, pelo menos para 2005, Deputado Ângelo Vanhoni, o problema das Universidades Estaduais do Paraná.

O Estado do Paraná não seria o que é hoje sem as suas universidades, não conseguiria desenvolver a pesquisa da forma como faz, de uma forma uniforme por todo o Estado do Paraná não poderá continuar tratando as universidades da forma como elas vêm sendo tratadas ao longo dos últimos anos, não desses dois anos, não apenas desse último ano, mas ao longo desses últimos dez anos.

Uma forma de se olhar, me preocupa muito, Deputado Pedro Ivo, a falta do Secretário da Fazenda, que esteve recentemente aqui, quando disse que a rigor, nós não deveríamos nem ter as nossas universidades estad-

uais. Sei que isso é apenas uma expressão, Deputada Elza Correia, de momento, mas que nós temos, sim, que buscar fazer, a senhora que estava hoje de manhã junto com os Reitores, buscar fazer com que as nossas universidades possam voltar a fazer toda a pesquisa necessária, possam ter a extensão, possam ter os seus professores pagos e seus cursos bem administrados e o Estado do Paraná bem atendido, senão eu volto a repetir aquilo que falei no início desse pronunciamento. São palavras dos nossos Reitores.

As Universidades do Paraná, se forma mantido o orçamento que está posto para 2005; não iniciam o ano de 2005. As universidades do Paraná correm o risco de terem, no ano de 2005, não uma paralisação, até porque alguns funcionários têm procurado (Deputada Elza Correia), a senhora esteve na audiência pública em Londrina, sabem bem da situação de Londrina) fazer tudo o que está ao seu alcance. Alguns funcionários têm emprestado dinheiro, inclusive de professores que emprestam dos outros. Nós sabemos que os hospitais universitários vivem à beira de um colapso. Hoje foi relatado que em determinados hospitais, como o Hospital de Londrina e de Maringá não conseguem fazer cirurgias porque não têm anestesistas! Não é possível que os três maiores hospitais estaduais que são, na verdade, hospitais regionais, Cascavel, Londrina e Maringá, continuem tendo esta situação precária, esta situação onde um profissional não pode trabalhar porque não tem sequer, equipamentos!

Então espero que possamos ter a sensibilidade e a visão, principalmente que a universidade não é patrimônio de um governo:

Seja ela federal ou estadual, é patrimônio, é projeto de um Estado e é um patrimônio público que, sem dúvida nenhuma, é o maior que nós podemos ter, porque é a partir dela que todos os demais são construídos.

Hoje, as universidades representam para o Brasil, no âmbito federal, o mesmo que representa o complexo soja, ou seja cinco a sete bilhões de dólares que representam para o País em produção, em produção de conhecimento, em produção de pesquisa em desenvolvimento. Pensar em sucatear, em perder isso, é, no mínimo, uma irresponsabilidade, e eu acredito que isso não vai acontecer.

Deputado Pedro Ivo eu lhe dou um aparte.

O Sr. Pedro Ivo Ilkiv

Quero cumprimentá-lo, Deputado Tadeu Veneri, Presidente da Comissão de Educação pelo encontro que tivemos hoje com os Reitores e lá estiveram demais Deputados e parabenizar a Presidência desta Casa por puxar junto a essa discussão - o que dá mais peso, havia colocado lá naquela discussão que o Governo Federal, o Governo Lula tem se mostrado um governo democrático, participativo e está discutindo amplamente com a sociedade, a discussão de um novo Fundo o FUNDE em substituição do FUNDEF. Foram feitos sete seminários regionais. Eu estive representando esta Casa no Semi-

nário em Porto Alegre com interesse da educação infantil, mas acabamos inserindo na discussão como um todo. Assim como com a implementação do FUNDEF nós conseguimos fazer uma equalização dentro de cada Estado e que se tivesse um valor *per capita* para o ensino fundamental de 1ª a 4ª, isso realmente solucionou os problemas de muitos Estados aonde estava sucateado o ensino fundamental.

Agora, com o FUNDE, se pretende envolver o ensino médio e a educação infantil, e nas diretrizes do MEC, recentemente lançadas, um dos pontos das permite o gasto com as universidades para não penalizar os estados que investiram muito nas universidades.

Acho que é o momento que a gente poderia fazer uma discussão ampla ao nível do Estado com as forças políticas, para que assim, como se resolveu a questão com o FUNDEF se pudesse incluir um valor *per capita*, também para as universidades. Não se fragmentasse a educação por esfera, por Município, o Estado ou a União, mas que se pensasse na educação, como um todo, como um plano único, um projeto único onde tivesse um valor *per capita*.

Aqueles Estados que atendem muita gente é claro que o valor seria inferior, porque o bolo dos recursos dividido por muitos seria menor, mas que a União viria a complementar e não se prejudicaria assim um Estado, em detrimento de outro.

Talvez seja esse o grande momento, tendo em vista a grande conferência que teremos o ano que vem, no mês de agosto do ano que vem, pela discussão do FUNDEF e, talvez, aí incluir um valor *per capita* para as universidades, e a União entrar com essa complementação.

Seria isso só para enriquecer a discussão.

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, apenas quero passar aqui o salário inicial hoje de um professor de Universidade Estadual do Paraná, com regime de 40 horas por titulação é de 871 reais.

É impossível que nós mantenhamos essa relação, onde um professor universitário para dar aulas com regime, com titulação de 40 horas ganhe 871 reais. Isso é menos que o salário inicial dos professores da rede estadual, após o Plano de Cargos Carreiras e Salários votado aqui nesta Casa!

É óbvio que nós vamos dessa forma, inclusive com as vagas que estão sendo previstas.

Seis mil vagas nas universidades federais - perder professores, como, aliás, estamos perdendo e correndo o risco de perder. Deputado José Maria, hoje de manhã o senhor acompanhou que corremos o risco de perder a pós-graduação de Elétrica, em Londrina, por falta de professores.

Como perdemos, inclusive, a capacidade de termos o curso de Administração, como foi relatado, classificado pelo MEC, como um curso de reconhecimento nacional,

que deixou de ser reconhecido, porque não temos mestres e doutores suficientes!

Acho que é preciso que esta Casa olhe o ensino superior como uma ferramenta de desenvolvimento importante para o nosso Estado.

Deputado José Maria, com aparte.

O Sr. José Maria Ferreira

Peço o aparte para cumprimentá-lo, pela atuação frente à Comissão de Educação, especialmente no tocante à questão das universidades.

Cumprimentar o Presidente Hermas Brandão, por ter aberto e permitido que essa discussão pudesse ter uma amplitude maior.

Quero ressaltar o seguinte: Nós reconhecemos que a Universidade, o 3º grau, tem abocanhando uma parcela considerável do Orçamento do Estado. Razões históricas. Podíamos ter tomado um outro caminho lá atrás, mas como isso não aconteceu o Estado do Paraná acabou assumindo essa responsabilidade. Houve desenvolvimento, geração de emprego, produção de inteligência, de capacidade, de tecnologia. Permitiu que pudéssemos interiorizar o desenvolvimento no Estado do Paraná, com as Universidades de Londrina, Maringá, Ponta Grossa e Cascavel. Isso tudo é muito positivo, mas nós hoje temos um problema muito sério: essas instituições possam continuar a prestar os seus serviços e ligar o Paraná, à razão da sua criação.

Por quê? Porque se nós olharmos hoje como V. Exa. colocou, elas não estão tendo condições de atuação, a de se fazer do governo uma análise bastante profunda, porque não adianta mais acusar de que tem irregularidades, de que tem desvios, de que tem recursos maus empregados já venceu esse prazo, infelizmente. Nós hoje é que temos que encontrar a solução, que é permitir que as instituições possam cumprir o seu papel.

Um funcionário ganha 400 reais, quase sendo indigente dentro da própria instituição. Um médico ganha 543 reais, para assumir um padrão de 4 horas. A Universidade não consegue contratar funcionários, médicos! Os HU's que prestam serviços excepcionais à sociedade paranaense. Inclusive, quando na função de Governo, não consegue cumprir o seu papel!

Londrina, por exemplo, o Governo autorizou a contratação de médicos e hoje faltam 5 anestesistas! O anestesista não se gera de uma hora para outra! E aí vai deixar de cumprir os procedimentos dentro da área de cirurgia, por falta de anestesista!

Reconheço as dificuldades do Governo, reconheço o aperto financeiro, mas precisamos encontrar uma saída! E a atitude eu entendo, Deputado Tadeu, inclusive colocado por outros Parlamentares que lá estiveram e pela própria Reitoria, que o Governo Federal precisa ter uma participação no custeio das nossas universidades. Porque, se não tiver uma participação no custeio nós, Deputados Stica, sempre vamos continuar a ter o prob-

lema, ano após ano! E hoje já não falamos apenas na possibilidade de uma greve isolada em uma das universidades, mas podemos estar tratando da sobrevivência do sistema do 3º grau no Estado do Paraná, patrocinado pelo Tesouro do Estado.

Então há que se tomar, há que sentar com o Secretário da Fazenda e do Planejamento, estamos no momento propício para isso por causa do orçamento. Não podemos fazer um orçamento onde o custeio de pessoal e menor do que foi o ano passado, não houve redução, redução de salário Constitucionalmente não pode ser feito, não houve nenhuma iniciativa para que pudéssemos reduzir o custeio de pessoal, não há por parte das universidades a produção e a geração de renda, de receita para cobrir essa diferença. É uma conta simples e precisamos encontrar.

O Paraná precisa desenvolver uma atitude política séria no sentido de ter o Governo Federal patrocinando parte dos cursos porque é inclusive uma justiça para com o nosso Estado.

Agradeço, e mais uma vez parablenizo a atuação de V. Exa. frente à Comissão de Educação.

O SR. TADEU VENERI

Obrigado, Deputado José Maria.

É preciso que a gente entenda que as universidades, não apenas aqui no Paraná, no Brasil todas têm um papel fundamental no desenvolvimento do conhecimento, na produção do conhecimento, na disseminação desse conhecimento, porque caso contrário a pergunta é: Quem faria pesquisa (por exemplo) sobre soja há 15, 20 anos atrás? Quem faz pesquisa sobre biodiesel que leva 2, 3, 5, 10 anos sem saber qual vai ser o resultado comercial imediato? Que faz pesquisa sobre materiais ou sobre madeiras, como é feito aqui no Paraná? São as universidades que fazem, as universidades públicas, porque a privada, a universidade particular, faz pesquisa direcionada, conforme o mercado necessita e encomenda a pesquisa. Agora, pesquisa sobre alimentos, sobre semente, sobre determinados materiais que não são feitos dentro das universidades particulares, apenas o Estado é que faz. Porque é esse o papel da Universidade Pública.

Temos alguns cursos no Estado do Paraná que são referência nacional dentro da Universidade Pública como é o caso do curso de Floresta em Irati, como é o caso de Odontologia, que é considerado o melhor curso do Brasil em Cascavel, como são tantos cursos que temos hoje. E esses cursos, em Maringá por exemplo, gera 800 reais de renda por aluno para a cidade.

Então veja, Deputado Dobrandino, na sua cidade que tem o curso de enfermagem não podemos pensar que alguma outra Universidade vai fazer um curso de enfermagem gratuito lá em Foz do Iguaçu e aqui em Ponta Grossa também temos o curso de enfermagem gratuito. E se não fossem esses cursos das nossas Universidades Estaduais, nós não teríamos enfermeiros em número sufi-

ciente aqui no Estado do Paraná, não teríamos engenheiros, não teríamos médicos.

Então, o Estado tem que olhar as suas universidades não como um gasto, mas como um investimento que se faz para o futuro do Estado do Paraná.

Mais uma vez agradeço a presença de todos os Deputados, do Presidente, dos Sindicatos que estiveram hoje, e tenho certeza, vamos encontrar uma solução para as nossas universidades. Quiçá no ano que vem elas não tenham um ano como tiveram esse. Um ano que nós fizemos 17 audiências públicas formando comitês em defesa das universidades em todas as cidades por onde estive-mos, para que não fossem suspensos os cursos vestibulares junto com o Deputado Barbosa Neto, com a Deputada Elza Correia, com a Cida Borghetti, com os Deputados desta Casa. Um ano que tivemos um decreto que fazia com que a contratação tivesse que passar obrigatoriamente pelo Governador. Acho que então que essas atitudes, como hoje nós temos a falta de cerca de 1700 professores nas nossas Universidades, faz com que, obrigatoriamente, tenhamos que repensar as nossas uni-versidades.

Espero que ao término da CPI das Universidades, ela possa apontar claramente quais são os erros, os equívocos, as falhas, se houverem dentro das Univer-sidades. Mas nós não podemos ter também a CPI o tempo todo fazendo das universidades apenas matéria de jornal. Nós precisamos ter o reconhecimento. As nossas Uni-versidades são sim, o principal, talvez o único mecan-ismo de desenvolvimento de geração de emprego, geração de renda que nós temos e o principal que nós temos nesse Estado.

Por isso espero mais uma vez, que tenhamos uma saída para as nossas universidades, para que não tenha-mos que enfrentar uma grave problema que var ser a paralisação a partir do ano de 2005 sem precedentes em todas as universidades e que certamente contará com apoio da maioria dos Deputados comprometidos com a educação e com o desenvolvimento que estão aqui nessa Casa.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Horário das Lideranças: Consulta a Liderança do PL, PSL, PPS, PSB, PTB, PP, PFL, PSDB, (**Declinam**).

PT, com a palavra o Deputado Elton Carlos Welter.

O SR. ELTON CARLOS WELTER

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Em nome da Liderança do PT, e em função tam-bém dessa reunião com os reitores e o orçamento do Paraná estar tramitando nesta Casa, a Bancada do PT fará todo um estudo da previsão do aumento de receita do Estado, fará um levantamento e priorizará os assuntos que são do interesse no sentido de melhorar o orçamento.

Um deles, sem sobra de dúvida, Tadeu Veneri, você que puxou esse debate e o Presidente que o fez na

sua sala na manhã de hoje, as Universidades do Paraná merecem uma atenção. Eu, como Deputado de Base de Apoio ao Governo do Estado, e por ter me formado na UNIOESTE, tenho acompanhado sistematicamente o crescimento daquela Universidade. A Universidade do Oeste do Paraná, bem como a UNICENTRO são mais jovens universidades novas comparando com a Univer-sidade de Maringá, com a de Londrina, com a cidade de Ponta Grossa. A UNICENTRO e a UNIOESTE em con-solidação. As outras três já são consolidadas e merecem uma atenção maior por parte do Estado. Também sou solidário que é necessário buscar uma complementação.

Existe um histórico com outros Governos, um acúmulo de gastos com Ensino Superior, onde o Paraná gasta muito mais comparado com qualquer outro Estado da Federação. E acredito que uma luta política aqui do Estado, visando buscar recursos do Governo Federal com o Ensino Superior, ela pode ter êxito e nós vamos nos somar nessa força para ajudar na complementação do orçamento das Universidades. Só para se ter uma idéia, o orçamento executado na questão de pessoal na UNIOESTE foi, deste ano, estão sendo previstos 51 mil-hões, 444 mil. E o que veio para a Assembléia Legisla-tiva são 47,965 a menos do que está previsto!

Portanto, isto precisa ser necessariamente melho-rado. Acredito que vamos sensibilizar o Governo e vamos buscar saídas junto ao Governo Federal. Precisa-se ter uma articulação com todas as forças políticas. Nós, por sermos do Partido do Presidente da República, sabe-mos que há uma vontade do Ministro Tarso Genro e acredito que o Paraná precisa se mobilizar para pegar uma fatia maior do orçamento federal para as nossas uni-versidades.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Horário das Lideranças, concedemos a palavra à Deputada Elza Correia, usando do horário destinado ao PMDB.

A SRA. ELZA CORREIA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Eu também gostaria de deixar consignado na Casa meus cumprimentos ao Presidente da Comissão de Edu-cação, Tadeu Veneri e aos seus componentes e demais companheiros, Deputados e Deputadas que participaram da reunião de hoje com os reitores, e muito especialmente ao Presidente da Casa, numa demonstração de preocu-pação com esta questão, levar a reunião dos reitores até a Sala da Presidência, numa demonstração de que real-mente está é uma responsabilidade de nós todos, não só dos que participam da Comissão de Educação. Mas, as universidades são patrimônios nacionais. As nossas, são patrimônios do Estado! Falou bem o Presidente da Comissão, da qual faço parte como suplente, que nós teríamos inclusive um índice de desenvolvimento humano muito menor no Paraná, não fosse a intervenção das universidades através de suas ações, não só do ponto

de vista do conhecimento e da formação dos vários setores da sociedade, das várias áreas profissionais, dos projetos de pesquisa, mas fundamentalmente os de extensão, que em muitos momentos minimizam o papel dos Executivos, tanto a nível de Estado como da própria cidade, com vários projetos que as universidades têm no Paraná, como um todo. Então, nós temos, realmente, uma responsabilidade, um compromisso com as Universidades do Paraná.

Portanto, estamos trabalhando nestes dois anos, já, em várias reuniões, participando de audiências, acompanhando esta questão com muita preocupação. Mas, evidentemente, esta preocupação também é do Governador Roberto Requião. E aí é que eu coloco com clareza de que não podemos enveredar por um caminho que o Governador Roberto Requião “virou as costas” para as universidades, porque isto não procede. Ele tem conversado com os reitores, tem conversado com o Secretário Ricci e com muitos Deputados, inclusive com esta Deputada em relação a esta questão, e tem demonstrado esta preocupação, e nós, aqui, cumprimos nosso papel político.

Esta questão que “de boas intenções o inferno está cheio”, do ponto de vista de desqualificar, acho que nós precisamos de boas intenções, porque é através das boas intenções que as boas realizações acontecem. Como foi feito hoje. Acho que esta reunião que aconteceu hoje, é ímpar. É a Assembléia Legislativa do Paraná chamando para si a responsabilidade de cumprir seu papel e ajudar o Governo do Estado no sentido de buscar soluções, como fazemos todos nós, mais muito especialmente fará a Comissão de Orçamento.

O Deputado Bier está viajando, certamente por isso não participou da reunião de hoje; a Deputada Cida Borghetti foi, também, nosso Presidente fez a justificativa da sua ausência, estava em São Paulo; e o Deputado Marcos Isfer tem se desdobrado em cima do orçamento, porque temos, sim, que buscar uma alternativa, buscar uma forma de minimizarmos o problema das universidades, porque não será resolvido, não conseguiremos, por mais esforço que façamos, nesses dois últimos anos que faltam desse Governo, em caráter definitivo uma bola de neve, que foi crescendo ao longo dos anos. Esse problema não se instalou no Governo Roberto Requião, mas, como dizia o Deputado Tadeu Veneri hoje, “quem casou com a viúva tem que herdar os filhos”. É um problema que o Estado tem que resolver. E o processo de discussão hoje nesta Casa foi muito produtivo.

Foi uma reunião muito boa. E a reunião do dia 23, seria bom que um número maior de Deputados participasse para que possamos andar um pouco mais sobre essas questões.

Quero deixar consignado que há, sim, sensibilidade do Governador Roberto Requião e uma preocupação, pois tem conversado frequentemente com os Secretários, com os Reitores e com os Deputados que buscam essa questão.

Outro tema que gostaria de relatar aqui é que assumi como Presidente o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher no Paraná, e no dia 25 de novembro comemora-se, no mundo inteiro, o dia internacional de luta contra a violência à mulher. Violências nas mais diversas formas.

Hoje, por exemplo, o Deputado Jocelito Canto me convidou para seu programa para discutirmos essa questão da mudança cultural que acontece na sociedade, em que ele dizia que a mulher trai mais que os homens. Abrimos um amplo debate sobre isso. Não é que as mulheres traem mais que os homens, é que dentro de um modelo de cultura as mulheres não se submetem mais aos modelos colocados como padrão. É legal discutir isso. Discutir que o mundo está mudando, as mulheres estão mudando. As mulheres estão buscando relações mais fraternas, mais felizes para que ninguém possa trair.

No dia 25 o Conselho Estadual vai, através da TVE, participar de um programa, de uma conferência com vários temas sobre a questão da mulher dentro do enfoque violência; não só da violência doméstica, mas a violência de um modo geral. A questão do enfrentamento à pobreza que pega muito mais a mulher. Enfim, vários outros temas que serão utilizados numa mesa redonda na TVE.

Hoje também a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná participa. Sai de lá para vir aqui, mas pretendo voltar, de uma teleconferência que está acontecendo em Brasília com toda a bancada feminina do Congresso Nacional para discutir políticas públicas para as mulheres. A discussão é: “Lugar de Mulher é na Política”. Temos também essa visão que lugar de mulher é na política.

Neste momento vamos sugerir ao Governo, e o Governador Roberto Requião vai se sensibilizar, que o Conselho participe das discussões intersecretariais, porque, em todas as Secretarias, qualquer política que se vá discutir hoje, é preciso que se tenha a preocupação, se há corte de gênero, porque existe, sim, ainda, e infelizmente, neste modelo de cultura, especificidades das mulheres que precisam ser respeitadas na hora de implantar uma política pública.

O Sr. Natálio Stica

Permite um aparte, Deputada?

(Assentimento)

Quero parabenizá-la pelo seu pronunciamento e pela luta que V. Exa. vem encabeçando aqui em relação à defesa, nesta luta onde os direitos devem ser iguais, aliás, essa luta vem de muitos anos, não é de hoje, vem há mais de um século, quando cerca de vinte mulheres foram queimadas numa fábrica porque faziam uma greve para reduzir a carga horária.

Quando eu olhei para V. Exa. lembrei da história que conta que elas estavam pintando em uma fábrica de tecido um pano de cor lilás e, por isso, a cor lilás, a mesma que V. Exa. veste, hoje, é a cor dedicada à luta das

mulheres. Portanto, parabéns pela luta de V. Exa. que não é de V. Exa. que é nossa, de homens e mulheres, pela igualdade.

Parabéns!

A SRA. ELZA CORREIA

Agradeço a intervenção do companheiro e acho que é realmente importante que a questão das mulheres não é só das mulheres; é questão de nós todos. Não podemos falar em direitos humanos, em democracia, em uma nova ordem social, sem que os direitos humanos das mulheres sejam respeitados.

Nós discutimos, hoje, no programa do Jocelito Canto, mas é uma discussão que o movimento das mulheres vem fazendo há muitos anos. O PMDB tem na sua estrutura, dentro do Partido, a organização das mulheres que discutem muito esse tema. Então, acho importante que os companheiros fiquem informados dessas intervenções nossas junto ao Governo porque é a Assembléia também, não só o conselho, interagindo, porque temos que discutir enquanto o Governo tiver política pública.

Quando o Romanelli estiver discutindo lá conjuntos habitacionais, implantação de casas populares, é preciso ouvir as mulheres nessa discussão; quando o Scheibe estiver discutindo a questão do meio ambiente para o Paraná, políticas públicas, tem que ouvir as mulheres também em relação a essa questão do meio ambiente para o Paraná, políticas públicas, tem que ouvir as mulheres também em relação a essa questão do meio ambiente; quando for discutir qualquer outro tema que nós pensarmos aqui, sem exceção, tem que haver a participação das mulheres nesse processo, porque senão há um descuido e ficamos sem o recorte gênero dentro das políticas públicas.

De outra forma, não teria sentido a existência de um Conselho Estadual de Direitos da Mulher.

O Sr. Tadeu Veneri

Concede um aparte, Deputada?

(Assentimento)

Deputada Elza Correia, parabenizo V. Exa. pela intervenção.

Eu gostaria de participar desse debate, lembrando que hoje, as mulheres são maioria no nosso universo de eleitores; no mundo do trabalho, temos o maior número de mulheres empregadas e, proporcionalmente, dentro da nossa sociedade. Entretanto são, sem a menor dúvida, as mais discriminadas no trabalho porque têm uma renda menor e se forem negras, mais ainda, são discriminadas na política e numa série de atividades que fazem porque temos uma cultura machista na sociedade.

Então, é importante que mulheres como a senhora e outras que participam da vida pública, tragam, não apenas o olhar feminino sobre uma determinada situação, mas como a senhora mesmo colocou: todas as políticas que são feitas têm que levar em conta que a sociedade é feita de homens e mulheres e é para homens e mulheres que a

política pública deve ser voltada porque senão fazemos discussões que, no meu entendimento, são equivocadas.

Por exemplo, nós não podemos, Deputada Elza Correia, discutir o ensino, seja ele infantil, médio ou superior, até sob a ótica das mulheres, porque não são apenas as mulheres, como se já não fossem, aquelas que mais demandam nessas questões, muitas vezes, porque 53% dessas mulheres demandam nas creches: elas que, sozinhas, são responsáveis pela família toda.

Então, acho que hoje temos que ter políticas voltadas para homens e mulheres, mas também incluindo como responsabilidade dos homens muitas das atividades que são colocadas hoje como sendo atribuídas exclusivamente às mulheres.

Acho que o debate que a senhora faz hoje esclarece muito, e espero que outras vezes possa ir às rádios e aos programas fazer com que nós tenhamos na sociedade como um todo, o conhecimento a partir de visões diferentes. Acho que é assim que se constrói uma sociedade democrática.

A SRA. ELZA CORREIA

Obrigado, companheiro.

Só para encerrar, em cima do que o Deputado Tadeu Veneri coloca, o Brasil é um dos países com a menor representatividade política de mulheres, embora representemos 51.2% da população e 51.8% eleitorado, nós representamos 24.9% da chefia dos domicílios. Hoje, de cada quatro famílias, uma é chefiada por mulher no Brasil. Nós temos apenas 9 Senadoras em 81, que representa 11.1%; 45 Deputadas Federais num universo de 513 Deputados, que representa 13%; nós temos 02 Governadoras em 27 Estados que representa 7.4%; temos 317 Prefeitas num universo de 5559 Municípios.

Então, nós somos maioria, mas somos minoria na hora da representação política, por isso nós quatro aqui, eu, a Cida, a Luciana Rafagnin, a Caramês, estamos quantitativamente num número menor mas temos que fazer um esforço concentrado porque aqui representamos as mulheres do Estado do Paraná.

Esse esforço, junto com os companheiros, nossos aliados, não vai ficar tão pesado assim porque aqui nós temos grande número de companheiros, todos, eu poderia dizer, que são nossos aliados na luta em defesa dos direitos da mulher.

O Sr. Elton Carlos Welter

Permite-me um aparte, Deputada?

(Assentimento)

Quero parabenizá-la pelo pronunciamento. Um exemplo marcante de que está sendo suprimida essa questão da discriminação na legislação, do número de vagas de mulheres nas disputas para mandatos, a lei eleitoral.

Num primeiro momento interpretava essa legislação como discriminatória das mulheres. Na verdade é uma discriminação positiva porque o dia que tiver 70%

de mulheres, terá garantido 30% para os homens. Ela oportuniza realmente, fazendo com que os Partidos políticos apostem nas mulheres. E vai ser assim, Deputada Elza, porque quando participamos de formaturas, pelo menos na minha cidade, essa estatística vale a pena conferir pelo IBGE, o número de formandos do sexo feminino inclusive no ensino médio e superior. As mulheres estão em maioria. Certamente, a diferença é significativa. Acredito que isso significará que no trabalho, na política, haverá uma ascensão gradativa das mulheres e eu fico orgulhoso disso porque isso é um crescimento, um avanço inclusive da democracia.

A SRA. ELZA CORREIA

Era isso, Sr. Presidente.

Eu queria agradecer muito o aparte dos companheiros nessa discussão que é responsabilidade de todos nós, dos homens e das mulheres.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Liderança do Governo, Liderança da Oposição.

(**Declinam**)

Explicações Pessoais, Deputado Neivo Beraldin, só que será após a votação das matérias que estão na Ordem do Dia.

Nós recebemos uma Mensagem do Tribunal de Contas, será feita a leitura pelo Deputado Carlos Simões.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Carlos Simões**)

(**Lê**):

“OFÍCIO Nº 772/2004

Curitiba, 14 de setembro de 2004.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para apreciação por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei, acompanhado da respectiva justificativa, que altera o artigo 1º e parágrafo único da Lei Estadual nº 11.174/95 e os artigos 1º e 2º e parágrafo único e 3º e parágrafo único da Lei Estadual nº 11.308/96, e dá outras providências.

Certo de que a proposta merecerá de V. Exa. e eminentes Parlamentares que honram essa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevada estima e consideração.

Cordialmente.

(a) **HENRIQUE NAIGEBOREN**

Presidente do Tribunal de Contas do Paraná

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - O vencimento de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Paraná é fixado em R\$ 4.732,91 (quatro mil, setecentos e trinta e dois reais e noventa e um centavos).

§ 1º - A remuneração de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Paraná será igual a 90,25%

(noventa, vírgula, vinte e cinco por cento) da maior remuneração atribuída ao Ministro do Supremo Tribunal Federal.

§ 2º - O abono referido nas Leis nºs 9.655/98 e 10.474/2002, aplicado aos Conselheiros, Auditores, Procuradores-Geral e demais Procuradores pelas Resoluções nºs 2324/03 e 3804/03 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, possui caráter indenizatório, nos termos da Resolução nº 245/2002 do Supremo Tribunal Federal.

Art. 2º - O vencimento de Procurador-Geral junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná é fixado em R\$ 4.732,91, (quatro mil, setecentos e trinta e dois reais e noventa e um centavos), na forma do artigo 16, da Lei nº 4.584, de 27 de junho de 1962, com a redação dada pelo artigo 3º, da Lei nº 5.432, de 23 de dezembro de 1966.

Art. 3º - O vencimento de Procurador do Estado junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná é fixado em R\$ 4.496,26 (quatro mil, quatrocentos e noventa e seis reais e vinte e seis centavos).

Parágrafo Único - O vencimento básico mensal dos Procuradores do Estado junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná é fixado em percentual não superior a 5% (cinco por cento) de diferença em relação aos vencimentos atribuídos ao Procurador-Geral.

Art. 4º - O vencimento de Auditor do Tribunal de Contas do Estado do Paraná é fixado em R\$ 4.496,26 (quatro mil, quatrocentos e noventa e seis reais e vinte e seis centavos).

Parágrafo Único - Ao vencimento básico mensal de Auditor do Tribunal de Contas do Estado do Paraná aplicar-se-à a regra estabelecida no parágrafo único do artigo 3º desta lei.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir do dia 1º de agosto de 2004.

JUSTIFICATIVA:

A Constituição Estadual, artigo 77, parágrafo 3º, estabelece, entre outras prerrogativas, a paridade de vencimentos entre os Conselheiros do Tribunal de Contas e os Desembargadores do Tribunal de Justiça:

“Os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado terão as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos desembargadores do Tribunal de Justiça, aplicando-se-lhes, quanto à aposentadoria e pensão, as normas constantes no artigo 35 desta Constituição”.

Assim também, o disposto na Lei Estadual nº 5.615/67, artigo 3º:

“Os Ministros do Tribunal de Contas, nomeados pelo Governador do Estado, dentre brasileiros natos ou naturalizados, maiores de 35 (trinta e cinco) anos, de comprovada idoneidade moral e notórios conhecimentos

jurídicos, econômicos, financeiros ou de administração pública, possuem os mesmos direitos, garantias, prerrogativas e vencimentos de desembargadores do Tribunal de Justiça...”

A Lei Estadual nº 11.170, de 06 de setembro de 1995, base jurídica da remuneração dos membros da magistratura estadual, em seu artigo 1º, parágrafo único, por sua vez, dispõe:

“A remuneração decorrente da fixação determinada no *caput* deste artigo não pode ultrapassar a de Ministro do Supremo Tribunal Federal, observada sempre a gradação do inciso V do artigo 93 da Constituição Federal, no percentual de 5% (cinco por cento), com relação aos cargos referidos nesta lei”.

A limitação imposta aos magistrados paranaenses não foi alterada pela Emenda Constitucional nº 19, de 04 de junho de 1998, que estabeleceu diversas modificações na administração pública, como por exemplo, o teto remuneratório, consoante nova redação dada aos artigos 37, inciso XI, e artigo 93, inciso V, da Constituição da República.

No entanto, a Emenda Constitucional 41, de 31 de dezembro de 2003, ao dar nova redação ao inciso XI, do artigo 37, da Carta Magna, fixou novo teto às remunerações, subsídios, proventos e pensões dos servidores públicos, que não podem exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

Nos Estados, os subsídios dos Desembargadores foram limitados a 90,25% (noventa vírgula vinte e cinco por cento), do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

Por outro lado, o artigo 8º da Emenda Constitucional nº 41/2003 estabeleceu que, até que seja fixado o valor do subsídio de que trata o artigo 37, XI, da Constituição Federal, será considerado para os fins do limite fixado naquele inciso, o valor da maior remuneração atribuída por lei a Ministro do Supremo Tribunal Federal, a título de vencimento, de representação mensal e da parcela em razão de tempo de serviço.

Assim, a supracitada legislação estadual está a merecer adequação à Constituição da República, impondo que seja alterada para recepcionar o novo critério estabelecido pela Emenda Constitucional nº 41/2003.

O artigo 96, inciso II, letra b, da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, dispõe que “...cabe aos Tribunais de Justiça propor ao Poder Legislativo respectivo...(b) a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver.

Em cumprimento a tais dispositivos constitucionais, que devem ser recepcionados pela legislação estadual e em homenagem ao princípio federativo, o Tribunal de Contas encaminha a essa augusta Assembléia Legislativa o presente anteprojeto de lei, que tem como finalidade alterar a Lei Estadual nº 11.174/95 e Lei Estadual nº 11.308/96, adequando-as aos comandos constitucionais em vigor.

PREVISÃO DO IMPACTO FINANCEIRO

Atendendo às exigências previstas nos artigos 16 e 17 e parágrafos, da Lei Complementar 101/2000, o impacto orçamentário-financeiro dos gastos decorrentes da implantação do presente anteprojeto de lei, fica demonstrado conforme segue.

O limite para despesa de pessoal, estabelecido no artigo 20, inciso II, letra “a”, da referida Lei Complementar, é de 3% para o Poder Legislativo, sendo 1,36% destinado ao Tribunal de Contas. Tal limite, após a implantação pretendida, não será desrespeitado, visto que a Receita Corrente Líquida prevista para o exercício de 2004 demonstra que o cálculo do referido percentual excede até a dotação orçamentária deste Tribunal.

Seguem demonstrativos.

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Governo do Estado do Paraná

Secretaria de Estado da Fazenda

Coordenação da Administração Financeira do Estado

CÁLCULO DA RECEITA LÍQUIDA - PREVISÃO PARA 2004

ESPECIFICAÇÃO

VALOR R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE BRUTA DO TESOUREO	R\$ 12.504.298.000,
(-) DEDUÇÕES	R\$ 3.230.545.000,
Transferência Constitucionais Legais	R\$ 2.122.748.000,
Contribuição ao Plano Seg. Social do Servidor	R\$ 86.914.000,
Dedução de Receita para Formação do FUNDEF	R\$ 1.014.122.000,
Prestação de Serviço Intragovernamental	R\$ 521.000,
Rec. Ind. Editor. e Gráfica Intragovernamental	R\$ 6.240.000,
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA GLOBAL	R\$ 9.273.753.000,

CÁLCULO DA RECEITA LÍQUIDA - PREVISÃO PARA 2004

ESPECIFICAÇÃO

VALOR R\$ 1,00

1,36% = R\$ 126.123.000,00	
Dotação do Tribunal de Contas na Lei Orçamentária para o Exercício Financeiro de 2004	R\$ 110.357.190,00

Fonte: SEFANET - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida (julho/2003 - junho/2004)

DECLARAÇÃO

Declaro, em atendimento ao disposto no artigo 16 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que as despesas decorrentes do anteprojeto anexo, extão contempladas na Lei Orçamentária do exercício financeiro de 2004 e no plano plurianual 2004/2007.

Curitiba, 21 de setembro de 2004.

(a) HENRIQUE NAIGEBOREN
Presidente”

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com presença de 52 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Mensagem nº 029/2004, subscrita pelo Sr. Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando o anteprojeto de lei que objetiva instituir, no âmbito da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania, o Programa Estadual de Assistência a Vítimas e a testemunhas Ameaçadas “PROVITA PARANÁ”. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 028/2004, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente, sugerindo a instalação de um Posto de Atendimento do DETRAN em todos os Municípios do Estado do Paraná, que são sede de Comarcas e possuam 4.000 ou mais veículos em circulação. **À Comissão de Segurança Pública.**

Ofício nº 772/2004, subscrito pelo Presidente do Tribunal de Contas do Estado, constante do expediente, encaminhando o anteprojeto de lei, que altera o artigo 1º e parágrafo único da Lei Estadual nº 11.174/95 e os artigos 1º, 2º e parágrafo único e 3º e parágrafo único da Lei Estadual nº 11.308/96, e dá outras providências. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Deputado Geraldo Cartário, constantes do expediente.

Necessitam de apoioamento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 03 (três) de autoria do Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. Necessitam de apoioamento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 203/2004, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 012/2004, que objetiva prorrogar por 1 (um) ano o prazo para conclusão dos trabalhos previstos pelo parágrafo 5º, do artigo 2º, da Lei nº 11.255, de 21 de dezembro de 1995, necessários ao cumprimento das disposições da Lei nº 13.570, de 21.05.2002 (Indenização às pessoas detidas sob acusação de participação política). PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CF. APRECIAR NESTE TURNO EMENDAS APROVADAS EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovadas as emendas.**

ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 205/2004, de autoria do Deputado Ailton Araújo, que obriga a empresa concessionária do serviço de abastecimento de água do Estado do Paraná, a instalar, por solicitação do consumidor, equipamento eliminador de ar na tubulação que antecede o hidrômetro do seu imóvel, seja residencial ou comercial. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDAS APROVADAS EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovadas as emendas.**

ITEM 03

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 229/2004, de autoria do Deputado Mauro Moraes, que dispõe sobre a gratuidade para obtenção da segunda via de documentos para

vítimas de furto ou roubo à mão armada, na forma que menciona. (Carteira de Identidade, Carteira Nacional de Habilitação, Certificado de Registro e Licenciamento de Veículos). PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDAS APROVADAS EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovadas as emendas, com voto contrário da Deputada Elza Correia.**

ITEM 04

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 275/2004, de autoria do Deputado Pedro Ivo Ilkiv, que declara de Utilidade Pública a Associação Regional de Cooperação Agrícola do Contestado, com sede e foro no Município de Bituruna. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDAS APROVADAS EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovadas as emendas.**

ITEM 05

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 344/2004, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, que autoriza o Poder Executivo do Estado do Paraná, declarar de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e a Infância - APMI, com sede no Município de Cafezal do Sul e foro na Comarca de Iporã. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDAS APROVADAS EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovadas as emendas.**

ITEM 06

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 353/2004, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Honório Serpa, com sede no Município de Honório Serpa e foro na Comarca de Mangueirinha. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDAS APROVADAS EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovadas as emendas.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 366/2004, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, que declara de Utilidade Pública a Central de Notícias dos Direitos da Infância e Adolescência - CIRANDA, com sede e foro nesta Capital. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 376/2004, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que declara de Utilidade Pública a Associação Paranaense dos Ostomizados Núcleo de Maringá - APONM, com sede e foro no Município de Maringá. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 382/2004, de autoria do Poder executivo - Mensagem nº 028/2004, que autoriza o Poder Executivo construir, por intermédio da COPEL ou subsidiária desta, sociedade com a ELETROSUL. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CF.

Sobre o referido projeto, requerimento nº 2827, de autoria do Deputado Natálio Stica, com apoioamento dos Deputados Chico Noroeste, Nelson Justus, José Maria Ferreira e demais Srs. Deputados, constante do expediente, solicitando a transformação da Sessão Ordinária de 10.11.2004 em Comissão Geral para votação do Projeto de Lei nº 382/2004. **Recebido na forma do artigo 197 do Regimento Interno.** O mesmo será votado amanhã.

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 484/2003, de autoria da Deputada Arlete Caramês, que dispõe sobre a obrigatoriedade de realização do exame de emissões otoacústicas evocadas nos estabelecimentos hospitalares do Estado e revoga a Lei nº 13.272/2001. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CDH. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 063/2003, de 25/08/2003)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 484/2003

P A R E C E R :

Relatório

Projeto de lei de autoria da Deputada Arlete Caramês, que dispõe sobre a obrigatoriedade de realização do Exame de Emissões Otoacústicas Evocadas nos estabelecimentos hospitalares públicos e particulares do Estado, substituindo integralmente a Lei Estadual nº 13.272, de 22 de agosto de 2001, que trata da mesma matéria de forma menos abrangente.

Trata-se do vulgarmente conhecido “teste da orelhinha” que diagnostica, logo após o nascimento de um bebê, eventual surdez congênita do mesmo. Tal qual o “teste do pezinho”, já obrigatório em todo o território nacional, a verificação da alteração auditiva nos primeiros dias de vida de uma criança pode ser apurada através de uma medida muito simples e resultará em tomada de providências em tempo hábil para desenvolver-se a fala, a qual normalmente também fica prejudicada nas crianças com deficiência auditiva.

A proposta pretende substituir a Lei Estadual nº 13.272/2001 que, numa redação legislativa abominável, meramente autoriza o Poder Executivo Estadual a determinar que os estabelecimentos de saúde do Estado que recebem verbas públicas realizem o Exame de Emissões Acústicas Evocadas. Esta mera autorização é letra morta.

Assim, louvável a nova redação que estabelece de forma imperativa a realização deste exame por parte de

todas as maternidades do Estado, sejam públicas, sejam privadas, ou os obriga a encaminhar os recém-nascidos para a realização do referido exame. E ainda dispõe, de forma bem mais abrangente e conclusiva, todas as providências necessárias para esta importante questão de ordem pública.

Voto e Fundamentação

A própria autora da proposição, em consonância com estudos realizados com a equipe da Secretaria de Estado da Saúde, apresentou algumas alterações na redação original do projeto de lei, resultando em um substitutivo, onde apenas tomamos a liberdade de excluir algumas atribuições endereçadas diretamente para determinada Secretaria de Estado, para fazer constar na lei o órgão competente, cabendo ao Executivo, na sua exclusiva competência, no momento de regulamentar a lei, indicar a Secretaria ou órgão próprio a quem cabe atribuir as ações típicas de administração.

Desta forma apresentamos o substitutivo em anexo, para o qual entendemos não haver qualquer óbice de ordem constitucional, legal ou de técnica legislativa.

Conclusão

Sendo assim, somos de parecer favorável ao Projeto de Lei nº 484/2003, na forma do Substitutivo Geral retro, opinando pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 04.11.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

ELTON CARLOS WELTER - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA SUBSTITUTIVO GERAL DO RELATOR, AO PROJETO DE LEI Nº 484/2003

Art. 1º - Ficam as maternidades e os estabelecimentos hospitalares públicos e privados do Estado do Paraná obrigados a realizar gratuitamente o Exame de Emissões Otoacústicas Evocadas (Teste da Orelhinha) para o diagnóstico precoce de surdez nos bebês nascidos nesses estabelecimentos.

Art. 2º - O exame deverá ser realizado preferencialmente nas dependências dos respectivos estabelecimentos até a alta do recém-nascido, ou nos serviços de fonoaudiologia conveniados.

Parágrafo Único - Não possuindo o estabelecimento hospitalar condições técnicas de realizar o exame, ficará este, responsável pelo agendamento do mesmo junto a hospital apto a realizá-lo ou junto aos serviços de fonoaudiologia conveniados.

Art. 3º - A criança cujo teste apresentar falha deverá ser submetida a reteste, devendo ser agendado pelos estabelecimentos hospitalares preferencialmente até o 30º dia de vida. Confirmada a alteração auditiva, a criança deverá ser encaminhada para a realização de exames complementares.

Art. 4º - Após os exames complementares, estabelecido o topodiagnóstico (local da lesão) e o grau de perda auditiva, a criança deverá ser submetida, quando necessário, ao processo de habilitação, adaptando-se o aparelho auditivo até o 6º mês de vida.

Art. 5º - Os estabelecimentos hospitalares fornecerão aos pais, juntamente com o protocolo para vacinação, um cartão contendo o dia que os pais deverão comparecer ao estabelecimento hospitalar ou nos serviços de fonoaudiologia conveniados para realizar o exame.

Parágrafo Único - No cartão referido neste artigo, a ser confeccionado e distribuído pelo órgão competente, na forma da regulamentação, ainda deverá constar:

I - o nome dos pais;

II - dia, hora e local que o exame será realizado;

III - dia e hora que o exame foi realizado, e o nome e registro do profissional que o realizou;

IV - dia e hora da realização do reteste quando necessário, e o nome e registro do profissional que o realizou.

Art. 6º - O cartão é documento obrigatório e deve ser anexado ao cartão de vacinação da criança quando da sua realização.

Art. 7º - Quando da realização da vacinação da criança, verificando o funcionário da saúde que a criança não possui o cartão ou que não consta no mesmo a realização do exame de emissões otoacústicas evocadas, este anotará o fato no cartão e advertirá aos pais a necessidade de comparecerem no estabelecimento hospitalar onde nasceu a criança para agendarem a realização do exame, podendo o mesmo ser realizado no próprio estabelecimento ou nos serviços de fonoaudiologia conveniados.

Art. 8º - Verificada pelo funcionário da saúde a não realização do exame por ocasião de nova vacinação, este deverá notificar o órgão competente, na forma da regulamentação, a qual determinará a visita domiciliar de um Agente Comunitário de Saúde que ficará encarregado de marcar o exame junto ao estabelecimento de saúde, certificando-se da sua realização.

Art. 9º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 60 dias, a contar da data de sua publicação.

Art. 10 - As despesas para a execução da presente lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 11 - A presente lei entra em vigor na data de sua publicação e fica revogada a Lei nº 13.272 de 22 de agosto de 2001.

Sala das Comissões, em 04.11.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
ELTON CARLOS WELTER - Relator

Apoiamto:

José Maria Ferreira.

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 484/2003

P A R E C E R :

Parecer favorável ao Substitutivo Geral do relator ao Projeto de Lei nº 484/2003, que dispõe sobre a obrigatoriedade de realização de exames de emissões otoacústicas evocadas nos estabelecimentos hospitalares públicos e particulares do Estado e revoga a Lei nº 13.272/2001.

Somos favoráveis a que maternidades e hospitais públicos e privados do Estado do Paraná sejam obrigados a realizar gratuitamente o Teste da Orelhinha, para diagnóstico precoce de surdez em bebês nascidos nesses estabelecimentos. Confirmada a alteração auditiva a criança deverá ser encaminhada para a realização de exames complementares. Após exames complementares e estabelecido o topodiagnóstico e o grau da perda auditiva, a criança deverá ser submetida ao processo de habilitação, adaptando-se ao aparelho auditivo até o sexto mês de vida.

O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 60 dias, a contar da data de sua publicação.

As despesas para a execução da presente lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.12.2003.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
ANDRÉ VARGAS - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº 484/2003

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei, de autoria da nobre Deputada Arlete Caramês, dispõe sobre a obrigatoriedade de realização do Exame de Emissões Otoacústicas Evocadas nos estabelecimentos hospitalares públicos e particulares do Estado e revoga a Lei nº 13.272/2001.

Fundamentação

A proposição já recebeu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, quanto à legalidade e constitucionalidade da mesma. Chamada a opinar, a Comissão de Saúde Pública encontra méritos indiscutíveis no projeto de lei em tela, que proporcionará benefícios indiscutíveis à comunidade paranaense, através da obrigatoriedade da realização de exames auditivos, que poderão diagnosticar precocemente surdez em crianças nascidas nos estabelecimentos hospitalares do nosso Estado.

Conclusão

Sendo assim, apresentamos parecer favorável ao Projeto de Lei nº 484/2003, opinando pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 02.03.2004.

(a) DOUTOR LUCIANO DUCCI
Presidente e Relator

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS
PROJETO DE LEI Nº 484/2004

P A R E C E R :

Relatório

De autoria da Deputada Arlete Caramês, o presente projeto de lei dispõe sobre a obrigatoriedade de realização do Exame de Emissões Otoacústicas Evocadas nos estabelecimentos hospitalares e particulares no Estado do Paraná e revoga a Lei nº 13.272/2001.

Fundamentação

O presente projeto foi analisado regimentalmente pela Comissão de Constituição e Justiça no tocante à constitucionalidade e legalidade. A mesma posicionou-se em apresentar uma Emenda Substitutiva Geral ao referido projeto. A citada emenda foi aprovada na Comissão, recebendo parecer favorável à sua aprovação.

Do mesmo modo, ele veio a ser regimentalmente analisado pelas Comissões de Finanças e de Saúde Pública, de Educação, Cultura e Esportes, que seguiram o parecer dado pela Comissão de Constituição e Justiça.

Ou seja, de ambas as Comissões recebeu parecer favorável.

Conclusão

Assim sendo, no que compete a esta Comissão se manifestar, conforme preceitua o parágrafo 16, do artigo 33, do Regimento Interno, é o parecer favorável na forma da Emenda Substitutiva Geral apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça e anexada ao projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 02.03.2004.

(a) DURVAL AMARAL
Presidente e Relator

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 354/2004, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que altera a Lei nº 7.539, de 07 de dezembro de 1981, que declarou de Utilidade Pública o Lar das Meninas Nossa Senhora do Perpétuo Socorro nesta Capital. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA. nº 085/2004, de 05.10.2004.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 354/2004

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Hermas Brandão, altera a Lei nº 7.539, de 07 de dezembro de 1981, que declarou de Utilidade Pública

o Lar das Meninas Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, nesta Capital.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 03.11.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 360/2004, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, declara de Utilidade Pública o Grupo Voz pela Vida, com sede e foro na Cidade de Maringá. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA.nº 086/2004, de 06.10.2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 360/2004

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Luiz Nishimori, declara de Utilidade Pública o Grupo Voz Pela Vida, com sede e foro na cidade de Maringá.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 03.11.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 363/2004, de autoria do Deputado Marcos Isfer, declara de Utilidade Pública a Casa de Apoio Abibe Isfer, com sede e foro nesta Capital. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA.nº 086/2004, de 06.10.2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 363/2004

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Marcos Isfer, declara de Utilidade Pública a Casa de Apoio Abibe Isfer, com sede e foro nesta Capital.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 03.11.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 14

1º DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 365/2004, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, declara de Utilidade Pública a Associação de Gerações e Talentos, com sede e foro nesta Capital. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA.nº 088/2004, de 14.10.2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 365/2004

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Tadeu Veneri, declara de Utilidade Pública a Associação de Gerações e Talentos com sede e foro nesta Capital.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 03.11.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 15

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 377/2004, de autoria do Deputado Ailton Araújo, declara de Utilidade Pública a Fundação Quadrangular Família Feliz, com sede e foro no Município de Maringá. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA. nº 090/2004, de 19.10.2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 377/2004

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Ailton Araújo, declara de Utilidade Pública a Fundação Quadrangular Família Feliz, com sede e foro no Município de Maringá.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 03.11.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 16

1º DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 378/2004, de autoria do Deputado Duílio Genari, declara de Utilidade

Pública a Associação Comunitária Independente de Toledo- ACITOL, com sede e foro na Cidade de Toledo. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA.nº 090/2004, de 19.10.2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 378/2004

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Duílio Genari, declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária Independente de Toledo- ACITOL, com sede e foro na cidade de Toledo.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 03.11.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
BARBOSA NETO - Relator

O SR. PADRE PAULO CAMPOS (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente.

Quero apenas justificar a ausência da nossa companheira Deputada Luciana Rafagnin, que se encontra em Brasília em uma audiência com o MEC, o Ministério da Educação, para discutir a criação da Universidade Federal do Sudoeste.

E também gostaria de ter feito um aparte ao Deputado Tadeu Veneri e, como não foi possível, quero fazê-lo aqui, para parabenizar todos os Deputados que estiveram hoje na audiência na sala do Sr. Presidente, bem como os Reitores de Universidades e Faculdades, para discutir esse sério problema do Ensino Superior em nosso Estado.

E, somando-me a todos, quero dizer da importância de estarmos apresentado soluções para esse grave problema que, com certeza, é também problema de Maringá, esteve aqui hoje o nosso Reitor - e encontraremos soluções, como já encontramos em outros, com o Governo do Estado e também com o acompanhamento do Governo Federal.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 1801 a 1803, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1807 a 1812, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1813, de autoria do Deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1816 e 1820, de autoria do Deputado Marcos Isfer, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1818, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1821 e 1822, de autoria do Deputado Reni Pereira, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1823, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1825, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1826, de autoria do Deputado Delegado Bradock, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1828, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1829 e 1830, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1832, de autoria do Deputado Rafael Greca, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. BARBOSA NETO (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, o senhor me perdoe, talvez tenha passado batido, estávamos em uma reunião, gostaria de saber se o requerimento para transformação em Comissão geral já foi votado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

O requerimento, nobre Deputado, será votado amanhã. Foi apresentado hoje, eu dei como recebido; amanhã será votado.

O SR. BARBOSA NETO

Obrigado, Sr. Presidente!

Explicações Pessoais:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em Explicações Pessoais, concedo a palavra ao Deputado Neivo Beraldin, inscrito.

O SR. NEIVO BERARDIN

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Na verdade, venho à tribuna para relatar um fato ocorrido no dia de hoje, uma reunião com a anuência do Líder do Governo e com a presença do Diretor-Presidente da COPEL, Dr. Paulo Pimentel, e diversos Diretores da mesma empresa, que aqui vieram para justificar uma mensagem encaminhada pelo Governo do Estado do

Paraná para a análise desta Casa, onde pretendia constituir alguns consórcios para a construção de rede de energia elétrica, COPEL, por exemplo, Cascavel, Ivaiporã e Salto Santiago. Pretendiam, o Governo e a COPEL, uma autorização deste Poder para construir um consórcio entre a Artemis, a ELETROSUL, a COPEL, a Santa Rita. E olhem, Srs. Deputados, eu chamo a atenção para uma questão, o leilão da ANEEL, 001, de 2003, lote B, empreendimento LT Cascavel, Ivaiporã, Salto Santiago, 526 quilowatts. Então, Cascavel, Ivaiporã, Salto Santiago, extensão de 376 quilômetros, localizado no Estado do Paraná.

Investimento: 246 milhões e 200 mil reais; prazo de construção: 24 meses; receita máxima permitida: 81 milhões e seiscentos e não sei o quê.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós fizemos simplesmente uma pequena pesquisa: telefonamos para a Junta Comercial de Santa Catarina e pedimos informações, por exemplo, da Artemis, empresa que pretendia consorciar-se com a COPEL. Prontamente, o Diretor da Junta Comercial de Santa Catarina nos mandou um fax mostrando quem é essa empresa chamada Artemis. Ela foi iniciada no dia 15 de abril de 2004. O seu capital social é de mil reais. Em data de 15 de abril de 2004, objeto social: exploração de concessão de serviço público e de transmissão, prestados mediante a implantação de construção, operação, manutenção e instalação de transmissão, composta pela linha de transmissão 525, circuito simples, com extensão aproximadamente de 167 quilômetros, com origem de subestação de Salto Santiago e término da subestação de Ivaiporã.

O Sr. Rafael Greca

Permite um aparte, Deputado?

Eu só queria saber: é mil reais o capital da firma?

(Resposta afirmativa do orador que se encontra na tribuna).

Mas será uma microempresa?

(Vozes paralelas)

O SR. NEIVO BERALDIN

Além de mil reais de capital, ela tem, conforme vocês podem notar, certidão negativa positiva. Quer dizer, na data de hoje, ela tem certidão positiva, está em débito, não pode participar de concorrência pública.

O Sr. Rafael Greca

Qual é o valor da dívida da empresa?

O SR. NEIVO BERALDIN

Noventa milhões de reais.

O Sr. Rafael Greca

Com quem que é, Deputado Neivo?

O SR. NEIVO BERALDIN

Essa dívida, eu não posso, neste momento, precisar o Banco, exatamente porque não era este o meu objetivo de falar da dívida. O meu objetivo, aliás, Deputado Rafael...

O Sr. Rafael Greca

Quem são os proprietários desta empresa? Tem algum descendente da família Xavier da Silva, não?

O SR. NEIVO BERALDIN

Tem Xavier, sim, mas não é da Silva, não. A Santa Rita, por exemplo, tem como proprietários a Cacilda Lemos, o Sr. Francisco Xavier Lemos e o Sr. João Batista Lemos.

O Sr. Rafael Greca

Este é o “xis” da questão, Deputado Neivo.

O SR. NEIVO BERALDIN

Não sei se este é o “xis” da questão.

Eu sei dizer que neste mapa, eu fico a me perguntar como chegaram a este magnífico mapa, Consórcio Artemis, 31,67; a COPEL 31,66; Santa Rita nº 5; eu imagino a discordância que deve ter havido com este pessoal, com estes consórcios, até chegar ao ponto de ganhar uma sofrida concorrência da ANEEL, depois convencer a direção, técnicos, o corpo jurídico da COPEL, depois mandar a mensagem para a Casa Civil, convencer o Governo e, olha, aí que eu quero tirar o chapéu para este gente, convencer o Sr. Roberto Requião - duvido que convenceram - devem tê-lo enganado, mas ele certamente não conhecia esta mensagem, porque eu o conheço.

Então, quero dizer a V. Exas. que estamos diante de um mapa maravilhoso, que propunha vários consórcios, linha de extensão para levar energia para os pequenos agricultores, quem sabe, o pequeno industrial, aquele que paga energia, tostão por tostão - a coisa aqui é muito linda, é colorida, é um espetáculo de envergonhar o Governo Lula, do Presidente da República mandar prender quem fez este serviço da ANEEL.

O Sr. Nelson Justus

Permite um aparte, Deputado?

Deputado Neivo, quero cumprimentá-lo e a esta Casa. A Assembléia realmente exerceu, na data de ontem e hoje, o seu verdadeiro papel e V. Exa., através de uma Comissão Permanente, faz realmente o seu trabalho de uma maneira extraordinária.

A reunião que tivemos hoje com o ex-Governador Paulo Pimentel, os Diretores da COPEL, enfim, a Casa prestou o seu papel, até mesmo a humildade do Deputado Stica, Líder do Governo, ao reconhecer o imbróglio em que o Governo do Estado se meteu, que não tem como negar, que foi realmente um imbróglio com “i” maiúsculo de envergonhar até os Trombini pelo tamanho do papelão

que fizeram! Na realidade o que o Governo fez foi um grande papelão!

E em boa época, em bom momento, V. Exa. e outros Pares desta Casa fizeram a correção deixando até o Presidente da COPEL, Dr. Paulo Pimentel, um homem de reputação ilibada, com uma folha de serviços prestados ao Estado, encabulado, sem graça, de “saia justa”, como dizem na gíria. Hoje a Assembléia lavra um tento mostrando realmente que a pressa é inimiga da perfeição. A própria Mesa agiu imprudentemente colocando esse projeto como colocou, passando pelas Comissões como foi passado, e resgatando, sim, através das Comissões Permanentes da Casa e do Plenário, os bons préstimos do Poder Legislativo.

De forma que, Deputado Neivo Beraldin, eu que por vezes já tive momento de grande discussão com V. Exa. pela maneira, às vezes um pouco atrapalhada, quero cumprimentá-lo hoje pela lucidez, pela maneira profissional, técnica, com que V. Exa. conduziu não só a Comissão Permanente, mas os trabalhos desta Casa.

V. Exa. está de parabéns e de parabéns a Assembléia, e chego a concordar que realmente o Governador Requião deva ter sido enganado, deve estar encabulado pelo papelão que mandou a esta Casa.

O SR. NEIVO BERALDIN

Colho com humildade as palavras de V. Exa. e digo que sempre que me envolvo numa função, me envolvo por inteiro, corpo e alma, para fazer o melhor em prol do Paraná.

Quero também compartilhar deste momento com o Líder do Governo, Deputado Stica, que manteve uma humildade a toda prova, com o Deputado Durval Amaral e todos os outros Deputados que estiveram juntos nessa reunião hoje. Aqui não vai nenhuma crítica frontal a esta ou aquela pessoa, simplesmente é um alerta para que os Diretores da COPEL, os técnicos da COPEL fiquem sabendo que aqui tem Deputados eleitos pelo povo que, às vezes, podem até dar uma aula inclusive no campo técnico e sobretudo no campo moral porque exatamente a sociedade elege os melhores para representar o povo.

Concedo, com muita satisfação, o aparte ao Deputado Nereu Moura.

O Sr. Nereu Moura

Deputado Neivo Beraldin, veja, de fato V. Exa. já argumentou e o Deputado Nelson Justus já reafirmou que o Governo teria cometido um engano. O Governo reconhece o engano e o erro e tem a humildade de voltar atrás e de se penitenciar, diferente daqueles que erram e continuam firmes no erro e continuam como se fossem donos da verdade.

Quero dizer que quando V. Exa. disse que alguém tentou enganar, tentou convencer o Governador Requião, isso jamais ocorreu, ninguém enganou e ninguém convenceu o Governador Requião! O Governador Requião, na verdade, ao fazer o projeto de lei para a

Assembléia, acolheu uma sugestão encaminhada pela COPEL e mandou para cá, acreditando que a proposta era a mais correta para o Estado do Paraná. V. Exa. conversou com o Governador Requião e ele lhe colocou, com muita firmeza, que ele não foi enganado, Deputado Elio Rusch, não foi enganado. Na verdade, no contexto, no geral, havia partes do projeto que ele não concordava.

V. Exa. fique tranquilo e o Governador Requião demonstra humildade na sua posição de voltar atrás e de pedir aos Deputados que não aprovassem, porque havia um equívoco de setores do Governo e ele, reconhecendo esse equívoco, gostaria que a Assembléia não o referendasse! E aí está o papel preponderante deste Poder Legislativo de corrigir os erros, de fiscalizar, de consertar e de não deixar que alguma coisa errada se perpetue, como já aconteceu aqui nesta Casa e em tempo recente, coisas erradas que tentamos consertar, mas que, infelizmente, não conseguimos.

O SR. NEIVO BERALDIN

O Governador não titubeou um minuto depois que ficou sabendo da situação. Ele realmente telefonou e me deu os cumprimentos por ter agido no exercício do dever e não ter permitido junto com os colegas que esse erro se consumasse.

Mas, o que é de estranhar, Deputado Nereu Moura, é por que a COPEL não buscou saber da vida pregressa dessas empresas! Como é que qualquer Deputado, qualquer cidadão pode ligar para a Junta Comercial e saber da sua vida, se tinha dívidas, se estava no SEPROC, se estava com certidão positiva? Quem era a empresa que a COPEL pretendia consorciar-se? Como se chega num ponto que se chegou e não se faz essa pequena busca de informação básica de qualquer cidadão que quer constituir uma sociedade, por menor que seja, com qualquer um?

O Sr. Elio Rusch

Deputado Neivo, ouço com muita atenção o seu pronunciamento. Aliás esse tema já foi abordado na semana passada, ocorreram diversas reuniões e culminou na manhã de hoje com o entendimento entre a Assembléia Legislativa com o Governo do Estado com a participação da Liderança do Governo e da Oposição e demais Parlamentares. E apenas dizer para o Deputado Nereu que o Governador, acho que foi enganado, porque ele mesmo reconhece, pelo telefonema que deu ao Deputado Neivo, agradecendo ao Deputado e entendo que por extensão a toda Bancada de Oposição que levantou essa questão na semana passada.

Ora, se o Governador reconhece que houve erro, ele foi induzido! E se ele não foi induzido, ele sabia que estava mandando um projeto para a Assembléia que estava contrariando uma lei que o próprio Governador tem sancionado e que ele defendia na época da campanha

e principalmente no primeiro ano de mandato do atual Governador.

Então só para deixar bem claro, Deputado Nereu Moura, ou o Governador após o entendimento na manhã de hoje não está falando com a verdade, ou então ele confirma que foi induzido a cometer um erro ao enviar essa mensagem para a Assembléia.

O SR. NEIVO BERALDIN

Tem outro consórcio também, o Consórcio Uirapuru, de Ivaiporã a Londrina. E tem o Consórcio Gralha Azul, esse sim, bacana, de Cascavel a Foz do Iguaçu, merecedor de aplausos de todos os Deputados da Assembléia Legislativa e será aprovado porque tem a parceria da COPEL com a ELETROSUL. Quer dizer legítimo, duas empresas do ramo.

Então, caros Deputados, felizmente o Governador foi democrático, compreensivo, respeitou esta Casa, cumprimenta esta Casa. E não estou aqui para causar desgaste ao Governo. Estou aqui para defender a população do Paraná e cumprimento todos vocês pela participação democrática, sobretudo a Liderança do Governo, dando respaldo necessário para que essa reunião de hoje acontecesse.

Muito obrigado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 10, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 712/2003; 184, 319 e 325/2004

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 484/2003, 354, 360, 363, 365, 377, 378 e 382/2004.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 733/2003 e do Projeto de Resolução nº 016/2004.

Lembro ainda aos Srs. Parlamentares a realização da Sessão Solene Comemorativa aos 151 anos da Polícia Civil do Estado do Paraná, por proposição do Deputado Alexandre Curi e realizar-se às 17horas.

Levanta-se a Sessão.

Balancetes:

OFÍCIO Nº 015/2004

Curitiba, 27 de outubro de 2004.

Senhor Diretor.

Pelo presente venho respeitosamente à presença de Vossa Senhoria apresentar o Balancete de verificação deste Poder referente ao mês de AGOSTO/2004, conforme relatório anexo pedindo para que seja feita a publicação do mesmo no Diário desta Casa.

Certo de sua atenção reitero a Vossa Senhoria protestos de estima e consideração.

(a) EDISON CARLOS DE OLIVEIRA

Coordenadoria de Contabilidade

ILUSTRÍSSIMO SENHOR

GABRIEL LUIZ FRANCESCHI

Mui Digno Diretor da DAT

Nesta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

NESTE EDIFÍCIO

BALANCETE FINANCEIRO	MÊS: Agosto	REF: GAR260A
ÓRGÃO.....: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ		PAG: 01
UNIDADE: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ		Data:31/08/2004
MÊS: Agosto	Exercício: 2004	

RECEITA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
I - ORÇAMENTÁRIA		
RECEITAS CORRENTES	13.300.000,00	121.600.000,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIA CORRENTES	13.300.000,00	121.600.000,00

RECEITA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	700.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITOS	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	700.000,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00
TOTAL DA RECEITA	13.300.000,00	122.300.000,00
II - EXTRA-ORÇAMENTÁRIO		
ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
REALIZÁVEL	0,00	0,00
PENDENTE	0,00	0,00
INTERLIGAÇÃO DE SISTEMA	0,00	0,00
PASSIVO FINANCEIRO	1.226.538,16	5.628.785,76
DÉBITOS DE TESOURARIA	0,00	0,00
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	1.226.538,16	5.628.785,76
CANCELAMENTO DE DÍVIDAS PASSIVAS	0,00	0,00
TOTAL DO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	1.226.538,16	5.628.785,76
SALDO DO MÊS ANTERIOR		
CAIXA	0,00	0,00
BANCOS	19.349.139,42	9.229.421,96
VINCULADO	0,00	0,00
TOTAL DE SALDOS DO MÊS ANTERIOR	19.349.139,42	9.229.421,96
TOTAL	33.875.677,58	137.158.207,72

BALANCETE FINANCEIRO ÓRGÃO.....: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ UNIDADE: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ MÊS: Agosto MÊS: Agosto	MÊS: Agosto Exercício: 2004	REF: GAR260A PAG: 02 Data: 31/08/2004
---	--------------------------------	---

DESPESA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
I - ORÇAMENTÁRIA		
DESPESAS CORRENTES	14.589.039,57	113.415.787,67
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	11.523.617,61	94.053.967,69
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.065.421,96	19.361.819,98
DESPESAS DE CAPITAL	70.193,15	334.481,73

DESPESA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
INVESTIMENTOS	70.193,15	334.481,73
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00
TOTAL DE DESPESAS	14.659.232,72	113.750.269,40
II - EXTRA-ORÇAMENTÁRIO		
RESTOS A PAGAR	90.721,83	708.520,03
PAGAMENTOS	90.721,83	708.520,03
CANCELAMENTOS	0,00	0,00
ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
REALIZÁVEL	0,00	0,00
PENDENTE	0,00	0,00
INTERLIGAÇÃO DE SISTEMA	0,00	0,00
PASSIVO FINANCEIRO	194.760,00	3.768.455,26
DÉBITOS DE TESOURARIA	0,00	0,00
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	194.760,00	3.768.455,26
CANCELAMENTO DE OUTROS CRÉDITOS (C.A.)	0,00	0,00
TOTAL DO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	285.481,83	4.476.975,29
SALDO PARA O MÊS SEGUINTE		
CAIXA	0,00	0,00
BANCOS	18.930.963,03	18.930.963,03
VINCULADO	0,00	0,00
TOTAL SALDOS PARA O MÊS SEGUINTE	18.930.963,03	18.930.963,03
TOTAL	33.875.677,58	137.158.207,72

(aa) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

GABRIEL LUIZ FRANCESCHI - Diretor da Diretoria de Apoio Técnico

EDISON CARLOS DE OLIVEIRA - Coordenador de Contabilidade

OFÍCIO Nº 016/2004

Curitiba, 27 de outubro de 2004.

Senhor Diretor.

Pelo presente venho respeitosamente à presença de Vossa Senhoria apresentar o Balancete de verificação deste Poder referente ao mês de SETEMBRO/2004, conforme relatório anexo pedindo para que seja feita a publicação do mesmo no Diário desta Casa.

Certo de sua atenção reitero a Vossa Senhoria protestos de estima e consideração.

(a) EDISON CARLOS DE OLIVEIRA
Coordenadoria de Contabilidade

ILUSTRÍSSIMO SENHOR
GABRIEL LUIZ FRANCESCHI
Mui Digno Diretor da DAT
Nesta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

NESTE EDIFÍCIO

BALANCETE FINANCEIRO ÓRGÃO.....: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ UNIDADE: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ MÊS: Setembro	MÊS: Setembro Exercício: 2004	REF: GAR260A PAG: 01 Data:30/09/2004
--	----------------------------------	--

RECEITA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
I - ORÇAMENTÁRIA		
RECEITAS CORRENTES	14.100.000,00	135.700.000,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIA CORRENTES	14.100.000,00	135.700.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	700.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITOS	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	700.000,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00
TOTAL DA RECEITA	14.100.000,00	136.400.000,00
II - EXTRA-ORÇAMENTÁRIO		
ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
REALIZÁVEL	0,00	0,00
PENDENTE	0,00	0,00
INTERLIGAÇÃO DE SISTEMAS	0,00	0,00
PASSIVO FINANCEIRO	340.259,74	5.969.045,50
DÉBITOS DE TESOURARIA	0,00	0,00
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	340.259,74	5.969.045,50
CANCELAMENTO DE DÍVIDAS PASSIVAS	0,00	0,00
TOTAL DO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	340.259,74	5.969.045,50
SALDO DO MÊS ANTERIOR		
CAIXA	0,00	0,00
BANCOS	18.930.963,03	9.229.421,96
VINCULADO	0,00	0,00

RECEITA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
TOTAL DE SALDOS DO MÊS ANTERIOR	18.930.963,03	9.229.421,96
TOTAL	33.371.222,77	151.598.467,46

BALANCETE FINANCEIRO MÊS: Setembro ÓRGÃO.....: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ UNIDADE: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ MÊS: Setembro Exercício: 2004	REF: GAR260A PAG: 02 Data: 30/09/2004
--	---

DESPESA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
I - ORÇAMENTÁRIA		
DESPESAS CORRENTES	14.294.215,48	127.710.003,15
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	11.439.093,92	105.493.061,61
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.855.121,56	22.216.941,54
DESPESAS DE CAPITAL	47.910,60	382.392,33
INVESTIMENTOS	47.910,60	382.392,33
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00
TOTAL DE DESPESAS	14.342.126,08	128.092.395,48
II - EXTRA-ORÇAMENTÁRIO		
RESTOS A PAGAR	109.480,31	818.000,34
PAGAMENTOS	109.480,31	818.000,34
CANCELAMENTOS	0,00	0,00
ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
REALIZÁVEL	0,00	0,00
PENDENTE	0,00	0,00
INTERLIGAÇÃO DE SISTEMA	0,00	0,00
PASSIVO FINANCEIRO	59.000,00	3.827.455,26
DÉBITOS DE TESOURARIA	0,00	0,00
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	59.000,00	3.827.455,26
CANCELAMENTO DE OUTROS CRÉDITOS (C.A.)	0,00	0,00
TOTAL DO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	168.480,31	4.645.455,60
SALDO PARA O MÊS SEGUINTE		
CAIXA	0,00	0,00
BANCOS	18.860.616,38	18.860.616,38

DESPESA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
VINCULADO	0,00	0,00
TOTAL SALDOS PARA O MÊS SEGUINTE	18.860.616,38	18.860.616,38
TOTAL	33.371.222,77	151.598.467,46

(aa) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

GABRIEL LUIZ FRANCESCHI - Diretor da Diretoria de Apoio Técnico

EDISON CARLOS DE OLIVEIRA - Coordenador de Contabilidade